



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Sindicalismo e outros movimentos sociais: motivações e formas de participação dos jovens

Maria Domingos Neves

Mestrado em Sociologia

Orientador:

Prof. Dr. Alexandre Calado, Professor Auxiliar Convidado

ESPP-Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

Departamento de Sociologia

Sindicalismo e outros movimentos sociais: motivações e formas de participação dos jovens

Maria Domingos Neves

Mestrado em Sociologia

Orientador:

Prof. Dr. Alexandre Calado, Professor Auxiliar Convidado

ESPP-Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

Agradecimentos

Quero agradecer aos meus pais, Leonor e Rui, e ao meu irmão, Nuno. Sem o vosso apoio e amor incondicional, a conclusão desta etapa da minha vida não seria possível. Acreditam sempre em mim, e lembraram-me tantas vezes de que sou capaz quando duvidava de mim mesma. Agradeço também à minha avó Graça e ao meu tio e prima, Nuno e Beatriz, mas especialmente ao meu avô Jacinto, que sempre incentivou a minha curiosidade pelos mais variados assuntos desde pequena. Não posso deixar de agradecer à Mena e ao Mário, os avós que já cá não estão, mas que acredito estarem orgulhosos do meu percurso académico, mas especialmente do pessoal.

Agradeço igualmente aos meus amigos, Carlota, Antónia e Luís, que conheci na licenciatura aqui no Iscte, e que quero levar para toda a vida. Compreenderam sempre as minhas preocupações e acreditaram em mim. Também quero agradecer às minhas amigas mais antigas, Laura e Catarina, e à Francisca e ao Luís, que entraram na minha vida mais recentemente. Os momentos que passei com todos vocês permitiram que mantivesse a motivação para concluir este projeto, que não teria sido o mesmo sem o vosso amor, carinho e apoio.

Devo um agradecimento especial ao meu orientador Alexandre Calado, com quem aprendi muito, aprendizagens que levo comigo. Agradeço a enorme dedicação, compreensão e paciência que demonstrou ao longo deste processo. Nunca duvidou das minhas capacidades e motivou-me sempre a continuar.

Um último agradecimento a todos os que participaram neste projeto. O seu contributo permitiu a realização desta dissertação. Obrigada por dispensarem do vosso tempo e confiarem em mim.

Resumo

A presente dissertação teve como principal objetivo compreender quais os fatores que explicam as motivações dos jovens para o seu envolvimento e participação em estruturas sindicais e em organizações de outros movimentos sociais. Os fatores passam por três dimensões analíticas identificadas: processo de individualização; características organizacionais e vocacionais destas estruturas de ação coletiva; e a relação das mesmas com partidos políticos. Verificar se existe um maior alinhamento dos jovens com outros movimentos sociais que não o sindical também era um objetivo da pesquisa. A investigação revela-se particularmente relevante dadas as atuais discussões sobre a forma como os jovens participam política e civicamente, sobretudo no contexto da dita crise sindical. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa. Os dados empíricos foram recolhidos através da realização de entrevistas semiestruturadas a jovens envolvidos em várias formas de ação coletiva, a dirigentes e porta-vozes associativos, e a académicos da área estudada. A análise de conteúdo foi a técnica usada na análise dos dados. Os resultados revelam que as três dimensões analíticas contribuem para explicar as motivações para o envolvimento e formas de participação dos jovens em estruturas sindicais e em organizações de outros movimentos sociais. Quanto ao maior alinhamento dos jovens com um ou outro movimento, os resultados revelam a complexidade desta questão. A investigação contribui para o debate sobre a relação que os jovens estabelecem com a ação coletiva, permitindo alargar o conhecimento sobre as suas motivações, experiências e opiniões no contexto do funcionamento interno de estruturas sindicais e organizações de outros movimentos sociais.

Palavras-chave: ação coletiva; estruturas sindicais; organizações de movimentos sociais; jovens; motivações; participação

Abstract

The present dissertation aimed to understand which factors explain the motivations behind young people's involvement and participation in trade union organizations and other social movement organizations. The factors are three identified analytic dimensions: process of individualization; collective action structures' organizational and vocational characteristics; and these structures' relation with political parties. Verifying if young people are more aligned with other social movements that aren't the trade union movement is also an aim of the research. This investigation is particularly relevant considering the present discussions about the way young people politically and civically participate, especially in the context of the said union crisis. The research adopts a qualitative approach. The empirical data was collected through semi-structured interviews conducted with young people involved in various forms of collective action, with spokespeople from these structures, and academics from the area studied. Content analysis was the technique used for data analysis. The results show that the three analytic dimensions contribute to explaining the motivations behind young people's involvement and forms of participation in trade union organizations and other social movements organizations. When it comes to young people's bigger alignment with one or the other movement, the results show the complexity of this question. The investigation contributes to the debate concerning the relation that young people establish with collective action, allowing to expand the knowledge about their motivations', experiences and opinions in the context of trade union organizations and other social movements organizations' internal function.

Keywords: collective action; trade union organizations; social movements organizations; young people; motivations; participation

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Revisão da Literatura	5
2.1. Ação coletiva: sindicatos e movimentos sociais	5
2.2. Ação coletiva e jovens	6
2.3. Estruturas sindicais e coletivos: dimensões analíticas	9
2.3.1. Processo de individualização	9
2.3.2. Características organizacionais e vocacionais	12
2.3.3. Relação com partidos políticos	14
Capítulo 3. Metodologia	17
Capítulo 4. Análise de resultados	21
4.1. Processo de individualização	23
4.2. Características organizacionais e vocacionais	27
4.3. Relação com partidos políticos	34
Capítulo 5. Conclusões	39
Referências Bibliográficas	45
Anexos	50
Anexo A. Caracterização dos entrevistados	50
Anexo B. Guiões de entrevistas	53
Anexo C. Consentimento informado	58

CAPÍTULO 1

Introdução

A presente dissertação tem como tema a relação dos jovens com formas de ação coletiva, especificamente com estruturas sindicais e com organizações de outros movimentos sociais¹. Pretende-se compreender as motivações para o envolvimento dos jovens e a forma como estes participam nestas formas de ação coletiva. Com isto, tenciona-se verificar se há um maior alinhamento dos jovens com outros movimentos sociais que não o sindical, e se isso pode estar associado a mudanças na forma como se relacionam com a ação coletiva.

Os padrões e tendências do envolvimento político e cívico dos jovens tem sido matéria de debate recente na academia (Cha et al., 2018; Earl et al., 2017; Fontes, 2017; Matos et al., 2023). A discussão adquire maior relevância à luz da dita crise sindical, refletida, por exemplo, na diminuição da filiação sindical, tendência notada especialmente entre os trabalhadores mais jovens pela Europa e pelo mundo, salvo escassas exceções (European Trade Union Confederation [ETUC], 2021; Hodder & Kretsos, 2015; Visser, 2019). Esta realidade no movimento sindical parece contrastar com o aparente aumento, em alguns contextos e com as suas limitações analíticas, da participação dos jovens em outros movimentos sociais (Cha et al., 2018).

Numa fase inicial, a investigação começou por ser guiada pela perceção de que os jovens estão, atualmente, mais próximos de outros movimentos sociais que não o sindical. Porém, a ideia suscitou imediatamente questões. Será esta perceção efetivamente uma tendência? A verdade é que não é possível verificá-la com os dados existentes: é possível saber a taxa de sindicalização em Portugal, ainda que com cautela, dadas as suas limitações já identificadas, mas a sua sistematização por grupos etários é reduzida (Visser, 2019); não existem dados sobre o envolvimento no núcleo duro das organizações de outros movimentos sociais – existem sim dados relativos à participação em manifestações e protestos (Ortiz et al., 2022) –, muito menos sistematizados por grupos etários. Dadas estas limitações em termos de dados, não é possível

¹ Entende-se como estruturas sindicais sindicatos, as centrais sindicais CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional) e UGT (União Geral dos Trabalhadores), e as organizações internas às centrais, a Interjovem (CGTP-IN) e a Comissão da Juventude (UGT). Como organizações de outros movimentos sociais entende-se coletivos que concernem lutas sociais que não a sindical, lutas essas usualmente associadas aos ditos novos e “novos novos” movimentos sociais, explorados na revisão da literatura.

afirmar definitivamente se os jovens estão ou não mais envolvidos em movimentos sociais que não o sindical, não sendo possível comparar estas duas formas de ação coletiva neste parâmetro.

Apesar de não ser possível confirmar esta percepção, importa reconhecer que é largamente partilhada pelos entrevistados: não é consensual, mas é claramente a tendência. Também está presente na literatura, como será perceptível mais à frente, na revisão da mesma. Isto coloca a questão do porquê de existir esta percepção. Ainda assim, a problemática pode não ser os jovens aderirem mais a umas formas de ação coletiva do que outras (e os porquês disto), mas sim a sua adesão ter passado por mudanças devido a um conjunto de fatores internos e externos às estruturas sindicais e às organizações de outros movimentos sociais. Uma das pretensões deste estudo é exatamente concluir se há indícios de mudanças, e se sim, quais e as suas implicações.

A produção científica sobre a relação e a adesão dos jovens a formas de ação coletiva não é de todo nova (Hodder & Kretsos, 2015; Melucci, 1996; Roberts, 2015). À semelhança, a presente dissertação pretende compreender de forma mais aprofundada esta relação, mas adota uma abordagem de perspetiva comparada, visando verificar se existe um maior alinhamento dos jovens com aspetos e características normalmente associadas a organizações de outros movimentos sociais que não o sindical. Posto isto, propõe-se a seguinte pergunta de partida: quais os fatores que podem explicar as motivações para o envolvimento dos jovens e a forma como estes participam em estruturas sindicais e em organizações de outros movimentos sociais? Estes fatores correspondem às dimensões de análise que guiam o estudo.

A revisão da literatura permitiu definir três dimensões analíticas que teoricamente permitem compreender o fenómeno estudado; vai-se aferir em que medida contribuem para explicar as motivações para o envolvimento dos jovens e a forma como estes participam em formas de ação coletiva. Assim sendo, a validação empírica destas dimensões constitui os três objetivos operacionais: a primeira relacionada com o processo de individualização; a segunda com as características organizacionais e vocacionais das estruturas de ação coletiva estudadas; e a terceira com a relação dos dois tipos de estrutura com partidos políticos.

A partir do estudo dos fatores que mobilizam os jovens para a ação coletiva, também se pretende analisar as suas implicações para a participação dos mesmos e para o estado atual da democracia. Adicionalmente, esta investigação passa por dois objetivos de contributo: (1) contribuir para a discussão atual sobre a forma como os jovens se relacionam com formas de ação coletiva; (2) e contribuir para os estudos sobre a juventude, especificamente sobre a participação política e a prática da cidadania dos jovens.

A fim de concretizar o proposto, adotou-se uma metodologia qualitativa, mais especificamente, a realização de entrevistas semiestruturadas. Com estas, a pesquisa procurou abordar o problema de investigação a partir de diferentes perspectivas e, assim, conhecer a sua complexidade mais profundamente. Por isso, dado que as vivências dos jovens assumem um papel central, foram entrevistados jovens envolvidos em várias formas de ação coletiva. Também foram realizadas entrevistas a dirigentes e porta-vozes associativos, e a acadêmicos da área, por forma a captar a visão institucional e contextualizar as perspectivas e vivências dos jovens.

A presente dissertação está organizada por capítulos sendo que o primeiro se refere à revisão da literatura, ou seja, ao estado da arte sobre movimentos sociais, que inclui o sindical, e sobre a relação dos jovens com a ação coletiva no geral; este capítulo também conta com os fundamentos teóricos referentes às três dimensões de análise que guiam a investigação. O segundo capítulo é o referente à metodologia utilizada, apresentada detalhadamente. A análise de resultados é apresentada no terceiro capítulo. Por fim, são apresentadas as conclusões tiradas desta investigação, seguidas pelas referências bibliográficas e os anexos.

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura

2.1. Ação coletiva: sindicatos e movimentos sociais

Ação coletiva pode ser definida como um grupo de pessoas que age em conjunto e de acordo com os interesses partilhados por esse grupo. Pode manifestar-se em formas de mobilização mais esporádicas, como manifestações, ou em formas mais organizadas, como grupos de interesse (Tejerina, 2017). Posto isto, movimentos sociais são formas de ação coletiva.

Movimentos sociais são “redes informais densas de atores coletivos envolvidos em relações conflituais com oponentes claramente definidos” (della Porta & Caiani, 2009: 6). Segundo esta perspetiva, estes atores partilham uma identidade coletiva e o seu *modus operandi* é principalmente marcado por formas de participação não convencionais, como protestos (idem). Movimentos sociais também podem ser definidos como “desafios coletivos, a autoridades e a outros grupos com poder, baseados em propósitos comuns e solidariedades sociais” (Tarrow, 1998: 4). Esta definição propõe uma lógica de *insiders* e *outsiders* políticos: os primeiros são atores com poder institucional, como políticos, governos e forças de segurança, que representam as elites às quais os movimentos sociais se opõem; os segundos são os ditos cidadãos comuns, representados por movimentos sociais.

À semelhança, Touraine (1977) identifica três princípios para a existência de um movimento social: (1) identidade, que passa pela mobilização de uma comunidade através de um sentimento de pertença; (2) oposição, ou seja, a existência de um adversário comum e identificado de forma clara; (3) e totalidade, que passa pela existência de um sistema de ação histórica onde “*class actors*” adversários e em conflito – um exemplo é o movimento sindical e a classe dominante, sua oponente – disputam pelo controlo da estrutura social. A totalidade pode remeter para uma luta coletiva com objetivos sociais mais vastos, orientados para a construção de uma nova ordem social, alterando assim a sociedade e a história.

A literatura distingue entre velhos e novos movimentos sociais (Offe, 1985). O sindicalismo pertence aos primeiros, e o seu aparecimento remete para o século XIX e para a emergência da sociedade industrial. A base do conflito social era a divisão clássica entre capital e trabalho (idem), ou seja, a questão da classe e condição social. A sua ação era maioritariamente local e marcada por greves e demonstrações, que integram o repertório de ação tradicional. O protesto era económico-político, com foco em reivindicações materiais, mas também apelando à democratização e à igualdade em alguns direitos (Feixa et al., 2009).

Os sindicatos podem ser definidos como associações voluntárias que agregam interesses e valores partilhados pelos trabalhadores, ultrapassando a competição entre os mesmos. Defendem e promovem os interesses socioprofissionais destes, representando e negociando os termos e as condições laborais com os empregadores (Farber, 2001).

Nos anos 1960 surgiram, nas sociedades pós-industriais da Europa e da América do Norte, os novos movimentos sociais (Offe, 1985). Exemplos são os movimentos estudantis, os ecológicos, os pacifistas, os feministas e os pela libertação gay e lésbica. A base do conflito destes novos movimentos deixou de ser somente a classe social, passando a ser também, e principalmente, o género, a orientação sexual e a etnia. Estas lutas implicavam várias classes sociais, especialmente a classe média (della Porta, 2017), e não implicavam necessariamente a redistribuição económica. A ação passou a ser mais transnacional, com um repertório de ação renovado – marcado por *sit-ins*, por exemplo –, aliado ao tradicional. O contexto destes movimentos sociais foi marcado pelos *mass media* e pelas micro e contraculturas juvenis, associado ao grande envolvimento dos mais jovens nestas lutas (Feixa et al., 2009).

Mais recentemente, nos anos 2000, a literatura passou a identificar os “novos novos” movimentos sociais. Os movimentos antiglobalização e pela justiça global são exemplos, marcados por protestos em cidades como Seattle (1999) e Génova (2001)². Estes movimentos são marcados por grupos descentralizados numa era de redes globais. À semelhança dos novos movimentos sociais, são marcados pela grande presença de jovens, refletida, por exemplo, na existência de ciberculturas juvenis. Em termos de repertório de ação, realizam as tradicionais marchas e demonstrações, mas inovam com a utilização da Internet e das redes sociais, para efeitos de mobilização e pela sua vertente democrática. Não são apenas globais geograficamente, mas tematicamente ao articularem reivindicações económicas e culturais; esta articulação é guiada por princípios de solidariedade para com outros (Feixa et al., 2009).

2.2. Ação coletiva e jovens

O debate sobre a relação entre jovens, cidadania e política, nomeadamente acerca da participação dos mesmos em formas de ação coletiva, é extenso (Cha et al., 2018; Earl et al., 2017; Fontes, 2017; Matos et al., 2023). Têm participado cada vez menos ao longo das décadas,

² Em 1999, aconteceram em Seattle protestos contra a OMC (Organização Mundial do Comércio). A OMC organizou a Ronda do Milénio, um conjunto de negociações que tinham como objetivo estabelecer novas regras para a liberalização do comércio mundial. Os protestantes manifestaram-se contra o crescimento de um mercado global controlado por corporações. Em 2001, aconteceram as manifestações contra a reunião do G8 (o Grupo dos Oito, um fórum político intergovernamental) em Génova, marcadas pela violência e repressão policial contra os manifestantes (Feixa et al., 2009).

ou a sua participação mudou de forma em comparação a gerações anteriores? O segundo cenário é o mais plausível, especialmente quando autores como Bennett (2008) e Dalton (2009) argumentam que gerações mais jovens não tendem a participar com base no sentimento de obrigação e dever cívico, como gerações anteriores fizeram, mas sim com base na paixão que sentem pelas lutas sociais. O seu envolvimento é com propósito e fá-los sentir realizados enquanto cidadãos. Aqui, a juventude é entendida como um espaço que questiona os modelos políticos instituídos por gerações anteriores, construindo novos (Augusto, 2008).

Prova do envolvimento político dos jovens é, em anos recentes, a sua participação em várias mobilizações ao estilo Occupy³ (Cha et al., 2018) e contra a austeridade nos países da Europa do Sul⁴ (Carvalho, 2022). O estudo de Juris & Pleyers (2009), que se foca nos protagonistas dos protestos pela justiça global, revela que os jovens não deixaram de participar nas organizações da sociedade civil, simplesmente as formas de ativismo cívico e de atividade política em que se envolvem alteraram-se. Não rejeitam a política, são críticos das suas formas mais tradicionais e formais, sob a forma de partidos políticos e sindicatos. Afastam-se da atividade política mais institucional e demonstram maior interesse e participação em formas não convencionais de protesto que envolvem ação direta (Feixa et al., 2009). Estas mudanças na participação dos jovens podem dever-se a alterações no significado da cidadania e/ou devido ao desanimador estado da política institucional (Dalton, 2009). Por outro lado, as teorias da sociedade de movimento⁵ também são uma possibilidade explicativa, falando-se assim na “institucionalização” do protesto (Earl et al., 2017: 6).

Estas mudanças no envolvimento político dos jovens podem ainda ser relacionadas com o conceito de subpolítica de Beck (2000). Esta surge no contexto da sociedade de risco, que substitui a sociedade industrial. As instituições desta última deixam de conseguir resolver ou assimilar os efeitos dos novos riscos sociais, económicos, políticos e individuais, globais e contraditórios, com que os indivíduos se deparam. A incapacidade de resposta das instituições está na origem da subpolítica, que é a política autónoma e auto-organizada e oposta à política

³ O Movimento Occupy Wall Street começou em 2011, influenciado pela Primavera Árabe e pelos Indignados Espanhóis. Inicialmente, milhares de pessoas ocuparam as ruas de Manhattan, Nova Iorque. Protestavam contra a corrupção e a ganância dos “1%”, e contra as medidas de austeridade implementadas pelo governo dos Estados Unidos, alinhado com os interesses do capital financeiro no contexto da crise económica de 2008. Protestos semelhantes espalharam-se pelo mundo (Cavalcante & Costa, 2017).

⁴ A Grande Recessão derivada da crise financeira de 2008 deu origem a uma onda de contestação global. Uma das formas desta contestação foram os movimentos anti austeridade que emergiram na Europa do Sul entre 2010 e 2011, sendo Portugal um dos casos mais paradigmáticos (Carvalho, 2022).

⁵ Ou *movement society theory*. Estas teorias passam pela ideia de que, nas democracias ocidentais, a realização de protestos tornou-se aspeto normal e comum tanto para adultos como para as camadas mais jovens da população (Meyer & Tarrow, 1998).

ditada oficial do sistema político; a subpolítica faz assim parte de um subsistema. A subpolitização representa um movimento de retorno às instituições da sociedade civil. Os indivíduos participam no desenho social e estruturam a sociedade a partir de baixo. Grupos normalmente afastados da organização da sociedade, como cidadãos, trabalhadores, movimentos sociais, entre outros, passam a ter a oportunidade de influenciar e alterar as regras do sistema político.

A relação dos jovens com a sindicalização também depende da sua situação laboral, atualmente bastante específica. O mercado laboral e as condições de trabalho têm-se alterado drasticamente com a globalização dos mercados, a preponderância de políticas neoliberais e a maior flexibilização (Carmo & Matias, 2019; Estanque, 2012).

São os jovens os especialmente afetados pelas situações de trabalho atípicas e pela precariedade nos contratos de trabalho (Carmo & Matias, 2019; Estanque, 2012); involuntariamente, estão empregados em trabalhos temporários e de curto prazo, e a tempo parcial, que não lhes permitem planejar o futuro a longo prazo (Carmo & Matias, 2019; Fisher, 2023). Como aponta Fisher (2023: 55): “onde anteriormente os trabalhadores podiam adquirir um conjunto único de competências e esperar uma progressão ascendente através de uma rígida hierarquia organizativa, pede-se-lhes agora periodicamente uma reciclagem, à medida que vão saltando de instituição em instituição, de função em função”. Com a organização do trabalho descentralizada, redes laterais substituem hierarquias piramidais, onde se dá maior importância à flexibilidade. Isto remete para um mercado laboral cada vez mais “líquido” (Bauman, 2001), marcado pela imprevisibilidade e instabilidade (Carmo & Matias, 2019); “trabalhos para a vida” como antigamente são cada vez mais raros (Visser, 2019: 14). É exigida aos indivíduos uma capacidade de adaptação a mudanças extremamente rápidas, amplas e profundas (Bauman, 2001; Giddens, 2002), já que o futuro está sempre em aberto (Giddens, 1991). A tese é que a precarização das relações de trabalho coloca em causa as tradicionais formas de diálogo e valores baseados na solidariedade (Estanque, 2012).

Neste contexto, a literatura tem chamado a atenção para a dificuldade que as estruturas sindicais têm em responder às necessidades específicas destes jovens, já que a sua ação pressupõe uma certa estabilidade e segurança laboral que estes não têm (Fonseca & Estanque, 2018). Isto remete para a discussão de que outros atores socio laborais e organizações da sociedade civil podem ser alternativas na resposta a estes segmentos precários (Visser, 2019).

Estas perspetivas têm sido predominantes na explicação da relação dos jovens com velhos e novos movimentos sociais. São abordagens úteis para captar determinadas dinâmicas desta relação, mas podem deixar de fora aspetos essenciais para compreender a sua natureza

complexa e dinâmica. No próximo subcapítulo serão apresentadas as três dimensões de análise adicionais, que constituem os objetivos operacionais desta investigação.

2.3. Estruturas sindicais e coletivos: dimensões analíticas

Neste subcapítulo serão apresentadas as dimensões analíticas, que propõem um quadro teórico explicativo das motivações para o envolvimento dos jovens e para a forma como estes participam em estruturas sindicais e em organizações de outros movimentos sociais. Foram identificadas e fundamentadas três dimensões de análise: (1) o processo de individualização; (2) características organizacionais e vocacionais de estruturas sindicais e de organizações de outros movimentos sociais; (3) e a relação destas estruturas com partidos políticos.

2.3.1. Processo de individualização

Na sociedade moderna, valoriza-se a autoidentidade, realização pessoal e individualidade; tudo o que o indivíduo faz constitui a mesma (Beck, 2000). Neste enquadramento, fontes de significado coletivas perdem-se, pois deixam de existir referências orientadoras estáveis. Com o processo de individualização, o indivíduo fica o grande responsável pela (re)construção e (re)definição (Bauman, 2001; Beck, 2000), baseadas na reflexividade, do “eu” (Giddens, 2002). Este é sempre um projeto inacabado de tentar dar forma a algo no contexto de uma sociedade “líquida”, em tantos aspetos sem forma (Bauman, 2001).

A forma de conduzir e organizar a vida moderna é diferente em relação a sociedades anteriores. O indivíduo já não é determinado pela sua posição social (Bauman, 2001), agora produz a sua própria biografia, identidade, compromissos e redes sociais (Beck, 2000). As opções para a construção do “eu” são múltiplas, confrontando-se o indivíduo com várias alternativas (Giddens, 2002) contraditórias, que não conhece de antemão. Esta incerteza cria dúvidas, medos e ansiedade (Bauman, 2001).

Com a individualização, para Giddens (2002) a vida moderna é cada vez mais livre dos laços estabelecidos com outros indivíduos e grupos: “a vida (...) surge como uma trajetória relacionada acima de tudo aos projetos e planos do indivíduo” (: 138); reduz-se assim a dependência face às relações com outros, sendo que até o sentimento de segurança e confiança deve ser depositado no próprio indivíduo, já que a possibilidade de rutura dos laços com outros está sempre presente. Esta é a ideia do indivíduo autossuficiente (Giddens, 2002), que enfrenta

oportunidades e ameaças, e acarreta sozinho com as consequências das suas decisões, sem puder contar com grupos sociais ou com a comunidade (Bauman, 2001; Beck, 2000). Robert Putnam (2000) evidencia esta tendência da individualização das sociedades modernas e da perda do sentido de comunidade com a análise da trajetória de declínio do capital social nos Estados Unidos, desde o último terço do século XX.

A individualização – imposta aos indivíduos, não uma escolha dos mesmos (Bauman, 2001) – também é promovida pelos mercados que enaltecem direitos e responsabilidades individuais. O foco no consumo promove a identificação de preferências individuais e, assim, a autoexpressão aparece associada à liberdade de escolha individual (Giddens, 2002), nomeadamente pelas escolhas de consumo; isto reflete a prevalência do papel dos indivíduos como consumidores, em que todas as decisões são tratadas como escolhas de consumo: descartadas se não trazem satisfação imediata (Bauman, 2001).

Os indivíduos adaptam-se a estas características do mundo moderno, sendo o engajamento radical uma forma de adaptação. É quando adotam uma atitude de contestação prática, isto é, reconhecem os graves problemas à sua volta e consideram que podem e devem mobilizar-se para reduzir e combater os seus impactos. Os movimentos sociais são o seu principal veículo (Giddens, 1991). Outra forma de adaptação contrária, que remete para a individualização, é a crença de que muitas das características da sociedade moderna, sempre em alteração (Beck, 2000), estão fora do alcance de cada um e que tudo o que o indivíduo possa planear é um ganho somente temporário. Num mundo onde o futuro, para além de incerto, é marcado por riscos e perigos, sacrificar o interesse pessoal pelo interesse do grupo não parece chamativo ou sequer razoável. Os indivíduos não vão alterar os seus planos individuais, que só podem ser realizados por si mesmos, por um plano de mudança social global. Assim, pode-se dizer que a incerteza individualiza (Bauman, 2001).

À semelhança, no capitalismo tardio, onde nada é constante a não ser a instabilidade e imprevisibilidade do sistema, o compromisso e a obrigação para com outros são colocados em causa e vistos como princípios atualmente obsoletos, pois já nada é a longo prazo (Fisher, 2023). São vistos como obstáculos à iniciativa própria e à liberdade individual de escolha e ação. Impedem que o indivíduo aproveite as quase infinitas e indefinidas oportunidades, independentemente dos benefícios que a ação conjunta possa trazer. Sendo componentes da ação coletiva, quando colocados em causa podem significar a desintegração de redes sociais (Bauman, 2001), ou um envolvimento volátil em formas de ação coletiva.

O neoliberalismo coloca em causa as velhas bases da identidade coletiva, essenciais para a mobilização em formas de ação coletiva (Bauman, 2001). É neste contexto que prevalece a ideia de que cada indivíduo é o único responsável pela sua sobrevivência social (della Porta, 2017), o que remete para a resiliência individual. Segundo esta perspectiva, as crises e os contextos de incerteza, que tantas vezes causam stress, são apresentados como oportunidades de superação (Estêvão et al., 2017), onde o indivíduo enfrenta situações mobilizando meios privados (Bauman, 2001). Assim, prevalece a ideia de que cada indivíduo se deve mostrar adaptável num contexto social marcado pela imprevisibilidade e por mudanças repentinas.

A visão heroica da resiliência é fomentada, propondo indivíduos que aceitam a insegurança sócio material e a vida como um processo de contínua adaptação a ameaças e riscos que não conseguem controlar. O sucesso da resiliência passa pela constante acomodação às sucessivas crises, acomodação essa responsabilidade exclusiva do indivíduo. Esta visão, ao ignorar o papel das estruturas sociais (Estêvão et al., 2017), impossibilita mudanças sistémicas através de soluções políticas, pois privatiza problemas de natureza social ao invés de os politizar e de os tornar questões públicas (Bauman, 2001).

Esta ideia do “cada um por si”, resolver problemas sozinho e pelos seus próprios meios, potencia a competição entre indivíduos e o isolamento dos mesmos, afastando-os cada vez mais de formas de ação coletiva, que se baseiam em cooperação, solidariedades sociais e laços comunitários e identitários (Bauman, 2001).

No entanto, a ideia prevalecente de que a consciência social desaparece completamente com o processo de individualização não é a única realidade, pois é preciso considerar as possibilidades de construir compromissos e obrigações sociais (Beck, 2000). Não é que exista menos ação coletiva, mas o processo de individualização afeta a forma como os indivíduos se relacionam com formas de contestação coletiva. Assim, a sua mobilização pode revelar-se estratégica e pontual, isto é, mobilizam-se coletivamente, mas a mobilização segue os seus interesses particulares e privados.

Posto isto, podemos dizer que o processo de individualização das sociedades promove tendências individualistas e a privatização de problemas sociais e de questões políticas; o entendimento destes é filtrado pelos valores, interesses e projetos individuais do “eu” de cada indivíduo. Estas duas tendências, ainda que não absolutas, acontecem num contexto entendido como estando em constante mudança e marcado pela incerteza.

2.3.2. Características organizacionais e vocacionais

As características organizacionais e vocacionais das formas de ação coletiva estudadas passam pelos seguintes tópicos: (1) horizontalidade e verticalidade; (2) disrupção e proximidade a instituições políticas; (3) e coordenação de questões económicas e identitárias.

As características organizacionais distinguem as estruturas sindicais das organizações de outros movimentos sociais. As primeiras tendem a ser mais verticais, hierarquizadas, burocráticas, e mais exclusivas nos seus critérios de adesão (Fonseca & Estanque, 2018). São levantadas questões sobre a sua democracia interna e sobre a resistência à renovação de lideranças (Estanque, 2012), dado que se revelam estruturas mais envelhecidas – na Europa, a percentagem de membros com menos de 25 anos está a diminuir drasticamente (ETUC, 2021). Já as organizações de outros movimentos sociais são estruturas tendencialmente mais horizontais e flexíveis, descentralizadas, sem lideranças ou hierarquias formais, e têm critérios de adesão mais inclusivos (Fonseca & Estanque, 2018). Ainda assim, existem críticas tecidas a esta forma organizacional alegando que o sucesso de um movimento depende, em parte, de uma hierarquia interna e estrutura de liderança clara (Marchi, 2018).

Apesar de conferir força ao movimento no sentido de possivelmente atrair maior adesão, a informalidade das organizações de movimentos sociais que não estruturas sindicais, aliada às tendências individualistas, podem potenciar um envolvimento mais ocasional, marcado por diferentes graus de compromisso com a causa e a estrutura, que podem oscilar ao longo do tempo. Os indivíduos podem escolher em que ações do coletivo participar sem serem parte integrante do núcleo duro das estruturas. Assim, existe um grupo pequeno de membros que garante a continuidade da ação, e um grupo grande de participantes ocasionais, que se envolvem em momentos esporádicos de maior mobilização.

O contacto que os movimentos sociais têm com instituições políticas pode ser visto como resultado da institucionalização desses movimentos (Lima, 2020), fenómeno que acontece quando os mesmos se começam a integrar em instituições como o Estado e outras estruturas. Este processo altera a natureza dos movimentos, podendo os mesmos tornar-se grupos de interesse ou mesmo partidos políticos (Tarrow, 1998). A cooptação dos movimentos, um risco da cooperação entre esses e as elites políticas, e muitas vezes usada para controlar a sua radicalidade, é vista como negativa, pois pode minar a credibilidade dos movimentos enquanto agentes de mudança social (Lima, 2020).

Nas teorias dos novos movimentos sociais e das oportunidades políticas, os movimentos, à exceção do sindical, tendem a ser vistos como *outsiders* responsáveis por protestos políticos (Lima, 2020). São considerados *challengers* do *status quo* (Marchi, 2018), afastados da política mais convencional, alvo de grande desconfiança atualmente. A sua participação nos espaços políticos não é institucionalizada (Lima, 2020), preferindo o campo extrainstitucional, apesar de tentarem introduzir reivindicações na arena democrática (Fonseca & Estanque, 2018). Porém, movimentos afastados de instituições políticas podem não ser eficazes na obtenção de impactos substantivos nas esferas de decisão. Mas até que ponto é este um objetivo destes movimentos e um aspeto valorizado pelos jovens?

Já no caso dos sindicatos, o seu papel enquanto parceiros sociais pode torná-los *insiders* políticos. São estruturas com maior influência nas instituições do que as organizações de outros movimentos sociais (Fonseca & Estanque, 2018). Existe assim tensão entre o papel do sindicalismo como movimento e como instituição (Estanque, 2012).

Apesar do papel dos sindicatos como parceiros sociais ser importante pela sua contribuição para a regulamentação laboral (Visser, 2019), a maior institucionalização do sindicalismo pode apresentar consequências negativas, como os sindicatos perderem parte da sua natureza combativa, de protesto e conflito. Esta tendência fragiliza-os em termos da sua capacidade de ação coletiva e nos níveis de filiação das suas bases (Estanque, 2012).

De facto, a institucionalização, ou a maior presença junto do aparato estatal, pode significar passividade e moderação dos movimentos em termos de reivindicações, exigências e críticas tecidas ao poder (Lima, 2020). Isto pode significar maiores cedências por parte dos sindicatos nas negociações, dando lugar a um sindicalismo mais corporativo e institucional (Estanque, 2012), como é o caso das formas de sindicalismo de mercado, que tem sido caracterizado pela acomodação, ou até mesmo sujeição, ao sistema (Fairbrother, 2008).

Tradicionalmente, o sindicalismo foca-se em questões económicas e materiais, enquanto o foco dos novos movimentos sociais são questões mais identitárias e culturais. Porém, como della Porta et al. (2012) avançam, a distinção tradicional entre velhos movimentos sociais, associados à política da classe social, e novos movimentos, associados a questões ditas pós-materialistas, parece cada vez mais incorreta. Argumentam que, na verdade, o que se verifica são várias reivindicações sociais feitas por diferentes organizações. Diferentes movimentos podem abordar as mesmas questões, direta ou indiretamente. Assim, estes movimentos até podem ter mais a aproximá-los do que a separá-los.

A diferença pode estar então no grau de articulação que estas organizações fazem das diferentes reivindicações. No caso dos ditos novos movimentos sociais, basta pensar nos movimentos pela justiça climática que não ignoram a questão da classe social, tipicamente associada ao sindicalismo. Antes pelo contrário, reconhecem que os impactos das alterações climáticas são sentidos de forma desigual consoante a condição social dos indivíduos, não se podendo dissociar justiça climática de justiça social (Castanheira & Silva, 2022). No caso do sindicalismo, a articulação com temas como direitos LGBT+ e crise climática parece ser insuficiente, sendo inclusive uma recomendação de organizações sindicais oficiais (ETUC, 2021), já que os jovens parecem interessados em integrar organizações mais abrangentes, que vão além dos problemas laborais. Assim, os jovens tendem a ser vistos como inseridos num movimento mais amplo por justiça social e económica (Cha et al., 2018).

Podemos dizer que a literatura aponta para um conjunto de características organizacionais e vocacionais de outros movimentos sociais, que não o sindical, que podem ser mais compatíveis com o que os jovens valorizam, seja graças à sua organização, ou por terem como membros segmentos mais jovens da população. Já no caso das estruturas sindicais, apesar da sua centralidade institucional, parece existir um debate alargado que reconhece a necessidade de renovarem as suas estruturas e membros.

2.3.3. Relação com partidos políticos

A relação entre movimentos sociais e partidos políticos pode ser vista sob duas vertentes. Uma vertente mais neutra, a existência de múltiplas militâncias, e a tentativa dos partidos exercerem a sua influência nos movimentos, vertente tendencialmente negativa devido às consequências que pode trazer aos movimentos (Ferreira, 1994).

As múltiplas militâncias podem ser um não problema, mas também podem levantar questões relacionadas com as múltiplas identidades que implicam, se tivermos como base a ideia de filiações grupais de Simmel (1955): indivíduos pertencentes a grupos diferentes são portadores das identidades desses grupos. Pode uma identidade se sobrepor a outra? Que identidade e interesses estão os indivíduos a representar e em que momentos?

Já sobre a tentativa dos partidos exercerem influência no seio dos movimentos, isto pode passar pela instrumentalização dos segundos pelos primeiros, o que coloca questões sobre a autenticidade, autonomia e independência dos movimentos (Ferreira, 1994). Muitas vezes são potenciais ganhos eleitorais para os partidos que motivam isto (Carvalho, 2025).

É relevante mencionar que existem abordagens que olham para a relação entre partidos e movimentos como uma estratégia que pretende atingir objetivos comuns a ambos e conseguir maior eficácia política nas lutas que partilham (Oliveira, 2021), beneficiando-se mutuamente. Esta aliança pode significar a convergência de diferentes forças da sociedade civil que se unem para concretizar um projeto social mais amplo (Ferreira, 1994), já que partidos e movimentos, apesar de muitas vezes serem vistos como arenas de ação política divergentes, podem ser complementares (Carvalho, 2025). Outras perspetivas sobre esta relação são a possibilidade dos movimentos usarem os partidos como canal para alcançarem reivindicações (Ferreira, 1994) ao pressionarem os mesmos, e os movimentos contribuírem para a criação de partidos ou eles próprios se tornarem partidos (Carvalho, 2025).

Tal como Fernandes (2014) indica, em Portugal, organizações voluntárias, associações cívicas e atores não institucionais colaboram com partidos políticos – através de filiações sobrepostas e colaborações mais explícitas – e com o Estado, através de canais que permitem a comunicação entre massas e elites. As interações entre partidos e movimentos passam pela dependência dos segundos face aos recursos dos primeiros. Como Carvalho (2025) demonstra, entre 2009 e 2015, os partidos de esquerda tenderam a participar e patrocinar ações de protesto⁶. As interações também passam pelas militâncias sobrepostas, realidade do meio ativista português, especialmente com o BE (Bloco de Esquerda) e o PCP (Partido Comunista Português) (Carvalho, 2025).

Como Norris (2002) refere, a pertença partidária está ligada à participação noutra tipo de organizações: as esferas institucionais e extrainstitucionais de participação reforçam-se mutuamente (Giugni & Grasso, 2019). Dados sobre Portugal mostram que quem participa em formas não institucionais ou não convencionais, como protestos, tem muitas vezes níveis de participação também elevados em formas institucionais ou convencionais, como o ato eleitoral, para além de ter também mais filiação em organizações como partidos e sindicatos. Isto representa uma minoria da população portuguesa que é muito politizada (Accornero & Pinto, 2017) ou hiper mobilizada (Villaverde Cabral, 2000).

No caso específico de sindicatos e partidos políticos, acredita-se que a relação destes, já histórica, provavelmente contribui para representações sociais mais negativas sobre sindicatos (Rego et al., 2013), devido às representações que os indivíduos têm face a partidos. Existe um distanciamento já histórico entre a população portuguesa e as elites com poder, que passa por

⁶ Remete para o conceito de “*party-sponsorship*”, que é quando partidos políticos coorganizam e/ou apelam à participação em ações de protesto (Borbath & Hutter, 2020).

um déficit comunicacional entre quem governa e quem é governado (Villaverde Cabral, 2000). Os jovens revelam-se insatisfeitos com as dinâmicas da política institucional e isso reflete-se na sua relação com partidos e sindicatos (Feixa et al., 2009). Como Fontes (2017: 168) salienta, “o descrédito da classe política aparece ligado a uma evidente crise de confiança em muitas instituições, perceptível em várias camadas da população e, entre essas (...), estão não só os partidos políticos como também os sindicatos”.

No caso do movimento sindical português, ambas as centrais sindicais tendem a ser vistas como correias de transmissão das forças políticas que nelas têm influência. No caso da CGTP-IN, é o PCP que tem primazia na estrutura, daí se falar na corrente majoritária comunista dentro da intersindical. Já no caso da UGT, são o PS (Partido Socialista) e o PSD (Partido Social Democrata), sendo que a central surgiu de um acordo feito entre os dois partidos com o intuito de acabar com o domínio da CGTP-IN no movimento sindical (Castanheira, 1985).

Posto isto, podemos dizer que, nos movimentos sociais, as múltiplas militâncias são aceites e até fundamentais para a existência dos movimentos. Já a influência política dos partidos políticos no seio dos movimentos é tendencialmente vista como sinónimo de instrumentalização ou cooptação. No caso específico das estruturas sindicais, são vistas como estando sob controlo partidário, este inclusivamente presente na origem da sua formação.

CAPÍTULO 3

Metodologia

Neste capítulo será apresentada de forma detalhada a metodologia adotada na investigação. De forma a compreender aprofundadamente a relação dos jovens com formas de ação coletiva, mais especificamente o que explica as motivações para o seu envolvimento e formas de participação, e como os vários atores envolvidos percebem estes processos, considerou-se a metodologia qualitativa a mais adequada a utilizar.

A metodologia qualitativa consiste num conjunto de técnicas que permitem compreender fenómenos sociais complexos, a partir da visão dos participantes (Flick, 2014). Conseguimos entender o porquê e como é que estes fenómenos acontecem (Emmel, 2013; Ragin & Amoroso, 2011; Silverman, 2014), sendo possível responder a questões sobre a natureza da realidade social. Esta metodologia permite compreender detalhadamente o significado que cada sujeito atribui ao fenómeno estudado (Bryman, 2012), algo pretendido com a investigação. Permite também identificar padrões comuns significativos, e salientar aspetos que demonstram variação (Emmel, 2013), sendo possível contribuir para a teoria na área de estudo (Bryman, 2012).

A realização de entrevistas revelou-se o método mais adequado a adotar dado que permite captar as experiências, motivações, representações e opiniões dos entrevistados de forma mais detalhada (Bryman, 2012). Foram realizadas 25 entrevistas semiestruturadas, entre Junho de 2024 e Abril de 2025, divididas em três fases, que correspondem a perfis de entrevistados distintos. As primeiras três, realizadas numa fase inicial da investigação, foram as exploratórias, realizadas a Guya Accornero, Tiago Carvalho e Pedro Estêvão, académicos da área. Tinham como objetivo conhecer mais sobre a relação dos jovens com a ação coletiva, mais especificamente o estado da arte da literatura deste tema; as perceções dos académicos face às dimensões de análise que guiam a investigação; a recolha de fontes de informação; e a identificação de representantes institucionais a entrevistar⁷.

De seguida, foram entrevistados oito representantes institucionais, cinco de estruturas sindicais e três de organizações de outros movimentos sociais. Pretendia-se ficar a conhecer as suas perceções sobre o que explica as motivações para o envolvimento e a forma como os jovens participam em formas de ação coletiva, especialmente sobre as dimensões analíticas que guiam a investigação. Por fim, realizaram-se entrevistas a quinze jovens envolvidos em várias formas

⁷ Para ver o guião destas entrevistas, consultar anexo B.

de ação coletiva, que tinham como objetivo ficar a conhecer, através das dimensões de análise, a relação que estabelecem com ditas formas.

Os jovens e os representantes institucionais entrevistados foram identificados e seleccionados através de uma abordagem mista, isto é, foram usadas mais do que uma técnica para a amostragem (Bryman, 2012). De forma a definir os perfis dos entrevistados, a amostra foi intencional propositada, ou seja, as questões de investigação guiaram a seleção da amostra, e por inerência, os participantes a incluir (Bryman, 2012; Emmel, 2013).

No caso dos representantes institucionais, a amostra foi por casos críticos, isto é, pelo contributo privilegiado que podiam dar. Já no caso dos jovens, foi por critério (Bryman, 2012), tendo sido traçados três perfis distintos: (1) jovens que fazem tanto parte de estruturas sindicais como de organizações de outros movimentos sociais; (2) jovens que fazem apenas parte de estruturas sindicais; (3) e jovens que fazem somente parte de organizações de movimentos sociais que não o sindical.

Não existe consenso na academia sobre a idade limite para um indivíduo ser considerado como jovem. No caso do presente estudo, foi usada a abordagem de Morissette et al. (2005), sendo considerados como jovens indivíduos até aos 35 anos de idade.

Para a identificação dos participantes, a amostra foi por conveniência e bola de neve. Os primeiros jovens entrevistados foram indicados pelos representantes institucionais, estes *key informants*; outros foram indicados por contactos pessoais (Emmel, 2013). A partir destes contactos iniciais estabelecidos, foi usado o método de bola de neve: à medida que se foram realizando entrevistas, foi-se perguntando aos entrevistados por mais jovens que conhecessem até aos 35 anos e que encaixassem nos critérios e perfis definidos para esta investigação. Não foi definido previamente um número limite de entrevistas, por isso as mesmas terminaram aquando da saturação da amostra, isto é, quando os dados recolhidos se começaram a repetir e a realização de novas entrevistas não traziam novas respostas acerca da relação dos jovens com a ação coletiva, a não ser as já mencionadas em entrevistas anteriores.

De forma a captar o máximo de diversidade possível, foram entrevistados jovens com diferentes graus de envolvimento e contribuição em formas de ação coletiva, a larga maioria atualmente envolvidos, mas também outros, de momento, afastados. Entrevistaram-se oito jovens sindicalizados, dois delegados e um dirigente sindical, uma jovem já não sindicalizada e um ex-delegado sindical, todos de sindicatos filiados na UGT e na CGTP-IN, e em vários setores de atividade. No caso dos coletivos, a larga maioria dos jovens pertence, ou pertencia,

a mais do que um coletivo e fazem, ou faziam, parte dos seus núcleos duros. Os jovens entrevistados estão envolvidos em diferentes lutas sociais e políticas, mas principalmente na luta pela habitação. Os quinze jovens, dez do género masculino e cinco do feminino, têm idades compreendidas entre os 23 e os 34 anos de idade. A sua larga maioria tem a licenciatura ou mestrado como nível de escolaridade atingido⁸.

Em relação aos representantes institucionais, seis do género masculino e duas do feminino, realizaram-se entrevistas a cinco de estruturas sindicais, mais especificamente três dirigentes sindicais, dois deles do mesmo sindicato independente, que foram entrevistados na mesma entrevista, o outro de um sindicato afeto à CGTP-IN. Também foram entrevistadas duas coordenadoras, uma da Comissão da Juventude (UGT), outra da Interjovem (CGTP-IN). Os três representantes de organizações de outros movimentos sociais pertencem a diferentes coletivos que concernem lutas como a pela habitação, contra a precariedade e por melhores condições de vida⁹.

Os guiões de entrevista partem de um tronco comum de questões, que refletem os objetivos da investigação, e imprescindível para conseguir resultados de alguma forma equiparáveis entre si. A partir disto, foram elaborados guiões distintos dadas as especificidades dos perfis dos jovens e dos representantes institucionais¹⁰. Estes guiões são semiestruturados, o que permite criar espaço para o surgimento de novas questões, e compreender o que cada entrevistado considera mais importante de aprofundar (Bardin, 2011; Bryman, 2012).

Após a recolha de dados através das entrevistas, seguiu-se a análise de conteúdo, onde se procedeu com a análise temática, uma técnica que permite analisar o conteúdo de dados qualitativos, passando pela identificação de temas. O objetivo é encontrar, no conteúdo das entrevistas, temas relacionados com categorias relevantes para a investigação, que permitam dar resposta às questões que guiam a mesma (Bryman, 2012), no caso, que permitam compreender o que explica as motivações para o envolvimento e a participação dos jovens em formas de ação coletiva. Dados os objetivos do estudo, foram identificadas dimensões de análise *a priori*, que refletem a revisão da literatura. Com a análise das entrevistas, foi possível validar os temas previamente definidos e identificar novos (Bardin, 2011).

⁸ Consultar tabela 1 do anexo A.

⁹ Consultar tabela 2 do anexo A.

¹⁰ Consultar anexo B.

Foram cumpridos todos os requisitos éticos e deontológicos, tendo sido obtido o consentimento informado de todos os participantes¹¹. Também foi assegurada a privacidade e confidencialidade, ou seja, foi garantido aos participantes que qualquer informação que possa levar à sua identificação não está presente na dissertação e que a informação recolhida foi apenas usada para fins relacionados com a pesquisa.

¹¹ Consultar anexo C.

CAPÍTULO 4

Análise de resultados

No presente capítulo serão analisadas as entrevistas realizadas para responder às questões orientadoras da pesquisa. A análise abordará, primeiramente, a percepção dos entrevistados sobre a ideia de que atualmente os jovens estão mais próximos de outros movimentos sociais que não o sindical, e posteriormente serão desenvolvidas as três dimensões que se pretendem testar com a investigação.

Os académicos Tiago Carvalho e Guya Accornero, apesar de ressaltarem que depende do perfil dos jovens e das organizações de ação coletiva em questão, notam alguma verdade nesta percepção, nomeadamente pela dificuldade dos sindicatos na integração de trabalhadores precários, tantos deles jovens, e na digitalização, aspeto em que os novos movimentos sociais se revelam mais inovadores. Estas mudanças são difíceis de introduzir nos sindicatos por serem mais estruturados e formais que as organizações dos novos movimentos sociais, mais flexíveis. Os académicos também chamam a atenção para causas históricas, nomeadamente relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo, que enfraquecem os sindicatos, por exemplo, no contexto de negociações coletivas. Já Pedro Estêvão considera que a verdadeira problemática tem que ver com a baixa participação social dos jovens nas suas várias formas.

Quanto à percepção dos representantes institucionais, verificam-se duas tendências. Por um lado, os representantes de coletivos consideram que os jovens se envolvem mais noutros movimentos sociais do que no sindical: *“acho que a habitação, as questões LGBT e assim, atualmente suscitam mais participação dos jovens do que propriamente as lutas laborais”* (Ivo). Por outro lado, os representantes sindicais reconhecem um afastamento dos jovens do movimento sindical, mas não necessariamente uma aproximação a outros movimentos. Consideram que o afastamento dos jovens é muito notório no movimento sindical, mas não lhe é particular, é transversal ao associativismo: *“os jovens participarem menos (no movimento sindical) atualmente é, sem dúvida, uma realidade, mas isso vê-se também ao nível do associativismo no geral”* (Marta, representante da UGT).

Relativamente à percepção dos jovens entrevistados, todos consideram que a percepção é uma realidade: *“não vejo os jovens com vontade para integrarem a luta sindical. Acho que outras lutas sociais talvez sejam consideradas mais interessantes”* (Daniel); *“tenho ideia que os jovens participam menos em organizações de classe como os sindicatos, em comparação com outras organizações de associativismo”* (Pedro). Enfatizam a falta de participação de

outros jovens no movimento sindical: “os jovens são quem eu mais vejo que não quer saber do sindicalismo para nada” (Telma); “as novas gerações não se sindicalizam” (Bruno). Apesar de reconhecerem a maior proximidade a outros movimentos sociais que não o sindical, alguns jovens reconhecem uma reversão na tendência de menor participação no movimento: “na CGTP estamos a sindicalizar mais jovens (...), o número de sindicalizados aumentou nos últimos quatro anos” (Manuel); “vejo uma aproximação (...), uma crescente envolvência do jovem trabalhador que se quer sindicalizar” (Inês).

Esta perceção é reforçada quando os jovens e representantes institucionais salientam a tendência, já notada pela literatura (ETUC, 2021), de envelhecimento das estruturas sindicais: “infelizmente, mas efetivamente, os sindicatos estão envelhecidos” (jovem Rute); “o movimento (sindical) está a envelhecer mesmo muito” (representante sindical Carlos).

Na revisão da literatura, identificaram-se um conjunto de teorias que tradicionalmente explicam as mudanças na forma como os jovens participam na política e na vida cívica (Bennett, 2008; Dalton, 2009; Earl et al., 2017; Feixa et al., 2009; Juris & Pleyers, 2009), e que as transformações do trabalho alteraram a sua relação com a ação coletiva, especialmente com sindicatos (Carmo & Matias, 2019; Estanque, 2012; Fisher, 2023; Visser, 2019). Os jovens e representantes institucionais mencionaram estas teorias predominantes na literatura. A vontade de cumprir um propósito (Bennett, 2008; Dalton, 2009) é uma das motivações para a participação dos jovens: “queria contribuir para uma causa (...), lutar por algo com significado (...), por uma sociedade melhor” (Vasco).

A rejeição por parte dos jovens da política nas suas formas mais tradicionais, sob a forma de partidos políticos e sindicatos (Feixa et al., 2009), verifica-se numa minoria dos jovens entrevistados. Vasco, por exemplo, chegou a militar num partido, experiência com a qual não se identificou: “tinha um discurso público muito diferente do que acontecia internamente (...), não era democrático”. A desconfiança que criou face à política partidária motivou-o a procurar formas diferentes de “fazer política”, neste caso junto de movimentos sociais. Já Solange não se identifica com sindicatos, que considera serem “muito fechados em si mesmos, autorreferenciais (...), com estruturas estáticas”.

Os entrevistados também referem a influência da situação laboral na relação dos jovens com o movimento sindical. As mudanças no mundo do trabalho, que passam pela precariedade e fragilidade laboral, com trabalhos temporários e de curto prazo (Carmo & Matias, 2019; Fisher, 2023), são vistas como obstáculo à sindicalização: “em formas de trabalho menos reguladas há menos possibilidade de atividade sindical” (Pedro); “(os jovens) já não pensam

no emprego para a vida. Agora têm experiências laborais de curto prazo” (representante da UGT). Com esta instabilidade, *“não veem razão para se sindicalizarem*” (Pedro). No passado, Hélder sentiu pessoalmente a precariedade como um entrave à sindicalização: *“passei por vários trabalhos precários, onde muitas vezes não havia uma associação que representasse bem essa minha situação*”. Esta dificuldade dos sindicatos na resposta aos jovens precários (Fonseca & Estanque, 2018) é reconhecida pelos entrevistados: *“para os precários, os sindicatos não servem para nada. Servem para quem está a contrato. Que jovem é que está hoje a contrato?”* (jovem Telma).

4.1. Processo de individualização

O processo de individualização, com foco na construção do “eu”, é perceptível nas motivações e no comportamento dos jovens face a coletivos e a estruturas sindicais, apesar de à partida poder não parecer ser o caso.

Primeiramente, todos os jovens entrevistados estão, ou já estiveram, bastante envolvidos nestas formas de ação coletiva: pertencem ao núcleo duro de coletivos; são delegados e dirigentes sindicais; assumem posições de grande responsabilidade nas organizações internas às centrais, Interjovem e Comissão da Juventude; são apenas sindicalizados, mas envolvem-se ativamente em várias estruturas sindicais. Estas posições revelam que a relação que os jovens estabelecem com as estruturas é marcada por um compromisso sério e constante.

O envolvimento ativo e o compromisso com as estruturas também são perceptíveis nas ações em que os jovens participam e nas funções que desempenham. Enquanto delegados e dirigentes sindicais, representam outros trabalhadores; participam e contribuem para reuniões internas do núcleo duro de coletivos e de estruturas sindicais – *“enquanto delegado sindical preparava várias reuniões*” (Daniel); participam e, sobretudo, contribuem para a organização de manifestações, convívios e outros eventos dinamizados pelos coletivos – *“organizamos uma espécie de festas culturais*” (Bruno); *“fazemos angariações de fundos*” (Pedro); *“organizamos assembleias*” (Solange) – e pelas estruturas sindicais, sobretudo pelas duas centrais – *“participo em tudo o que seja greves e manifestações da CGTP*” (Daniel); *“muitas vezes vou às manifestações na minha hora de almoço*” (Telma); *“desenvolvo muitos materiais para as manifestações (da CGTP-IN)*” (Manuel); afixam cartazes, pintam murais, distribuem folhetos; e contribuem para a criação de conteúdos para as redes sociais – *“estou muito dentro das*

estratégias de marketing da UGT e da Comissão (da Juventude), especialmente nas redes (sociais)” (Rute).

No caso de coletivos, este compromisso para com funções internas torna-se particularmente relevante quando se sabe que os núcleos duros destas estruturas são pequenos: *“os coletivos são sempre pequenos em termos de quem está lá de forma constante”* (Solange). Neste contexto, os jovens revelam um compromisso para com diversas funções – *“todos temos de fazer um bocadinho de tudo”* (Vasco) –, e para com mudanças nas mesmas, dependentes das necessidades internas – *“já fui responsável pelas redes (sociais), mas agora estou na parte bancária”* (Solange).

Com estas passagens, e com a utilização de termos como “organizamos” e “fazemos”, entre outros, é possível dizer que os jovens reconhecem e valorizam a existência de um “nós”, de um coletivo com o qual se identificam pessoalmente, e ao qual não só querem, como sentem pertencer; não participam por sentirem um dever social, mas sim por sentirem identificação. Esta, marcada pelas emoções que suscita, é referida pelos próprios jovens: *“a luta (pela habitação) traz-me sentimentos muito fortes, intensos”* (Solange); *“identifiquei-me com o projeto do (nome do coletivo), senti logo que pertencia ali”* (Pedro). Esta relação identitária que os jovens estabelecem com as estruturas de ação coletiva também é notada pelos representantes institucionais: *“muitos jovens reconhecem-se como fazendo parte dos movimentos, portanto, há um sentimento de identificação forte”* (Simão, representante de coletivo).

Os jovens valorizam alguns dos componentes essenciais para a ação coletiva e para o “nós” para o qual remetem: sentimento de comunidade, apoio e solidariedade mútua eram aspetos que os jovens procuravam, sentindo a necessidade de se envolverem em estruturas marcadas por isto. Valorizam a ação coletiva, reconhecendo que *“os problemas são coletivos, logo, a sua solução tem de ser coletiva”* (Solange). Podemos dizer que rejeitam a visão heroica de resiliência (Estêvão et al., 2017), ou seja, não privatizam problemas, antes pelo contrário, politizam os mesmos, reconhecendo a sua natureza social. Valorizam a mobilização do coletivo para a sua resolução, rejeitando a ideia de que devem ser resolvidos através de meios somente individuais (Bauman, 2001): *“a comunidade tem muito mais força que qualquer trabalho individual”* (Rute); *“conquistas laborais não são possíveis sem o coletivo (...), vê-se isso até historicamente”* (Manuel).

A ação coletiva é valorizada pelos jovens por ser anti sistémica, contrariando as *“lógicas individuais e competitivas”* (Solange) atualmente fomentadas. As estruturas sindicais são valorizadas pelos jovens por contrariarem o que Jorge chama de *“campanha de manipulação*

ideológica que promove o individualismo e que coloca jovens trabalhadores em competição”. Os jovens valorizam a união dos trabalhadores que a ação coletiva organizada consegue consolidar: *“o sindicato é para nós trabalhadores nos organizarmos e lutarmos”* (Inês). Assim, podemos dizer que os jovens afastam a ideia do indivíduo autossuficiente (Giddens, 2002) que deve ultrapassar problemas e dificuldades sozinho.

A valorização da ação coletiva é bastante perceptível na forma como os jovens pretendiam participar, e como participam ativamente nas estruturas de ação coletiva, especialmente em coletivos. O envolvimento nestes adquire centralidade na vida de alguns jovens: *“envolvo-me a 100%. Os movimentos (sociais) são uma prioridade na minha vida. Trabalho, mas para mim é secundário. Trabalho para pagar a renda da casa (...). Todo o resto do meu tempo é ocupado com movimentos”* (Telma); *“queria fazer da militância uma prioridade na minha vida”* (Vasco); *“queria fazer uma militância duradoura no tempo (...), entrar em algo que me permitisse estar sempre em contacto com a luta e com as pessoas de lá de uma forma profunda e intensa (...). Sinto que o faço”* (Solange).

No caso de estruturas sindicais, alguns dos jovens que começaram por ser somente sindicalizados assumiram, ou revelam interesse em assumir, um compromisso maior com estas estruturas, quer seja concorrendo para as posições de delegado e dirigente sindical, quer seja fazendo parte da comissão de jovens dos seus sindicatos: *“pensei que se calhar não havia ninguém melhor que eu naquele momento para assumir a posição de delegado”* (Daniel). Já Telma mostra interesse em chegar a delegada sindical: *“a partir do momento em que haja três elementos da equipa sindicalizados, já pode haver delegado e aí gostaria de me fazer candidata”*. Alguns destes jovens vão ainda mais longe, mostrando vontade e disponibilidade para coordenar as organizações internas às centrais: *“comecei a dar ideias no sindicato (...), mais tarde colocaram-me a coordenar a juventude na Comissão (da Juventude)”* (Rute); *“comecei por me sindicalizar, depois fui eleito delegado (...). Mais recentemente é que fiquei como um dos coordenadores da Interjovem”* (Jorge).

Apesar dos jovens reconhecerem a existência de problemas sociais, e considerarem que podem e devem mobilizar-se na redução e combate dos seus impactos através de movimentos sociais (Giddens, 1991), algumas das suas motivações e comportamentos parecem remeter para a importância, e até centralidade, da construção do “eu”: partindo de Bauman (2001) e Beck (2000), é o indivíduo que determina e constrói a sua identidade e redes sociais, entre outros aspetos. A decisão individual de se envolverem ativamente em estruturas de ação coletiva pode ser motivada pela preocupação com a construção da sua autoidentidade: ao participarem

ativamente, estão a construir o “eu” que desejam, ou que consideram ser adequado, concretizando assim alguma realização pessoal.

Esta preocupação com a construção da sua biografia e identidade também é perceptível no caso dos jovens que se afastaram parcialmente, mas especialmente nos que se afastaram totalmente, de coletivos devido a características que não iam completamente ao encontro das suas preferências e do que valorizam. Algumas destas características estão precisamente relacionadas com as outras duas dimensões analíticas que guiam a investigação. Estes jovens parecem sentir a necessidade de se afastarem de coletivos que representam valores ou narrativas com os quais não se identificam, isto é, aspetos que não vão ao encontro do que consideram ser essencial para o “eu” que querem e que estão a construir.

Isto não é apenas perceptível no caso de coletivos, mas também no caso de estruturas sindicais com um dos jovens. Pedro faz parte do núcleo duro de um coletivo, mas, no contexto do movimento sindical, é apenas sindicalizado, participando ocasionalmente em algumas reuniões do seu sindicato. Não mostra interesse em ter um envolvimento maior por não se rever no projeto político do PCP, que considera controlar o seu sindicato e a CGTP-IN: *“reconheço valor ao meu sindicato, mas não me revejo totalmente no seu projeto político”*.

Um dos representantes de coletivos, Vítor, parece remeter para a ideia de que os jovens se afastam, ou pelo menos não procuram ter um envolvimento ativo em estruturas de ação coletiva que apresentam características contrárias à identidade que estão a construir: *“o envolvimento dos jovens na ação coletiva está enfraquecido pelas suas biografias pessoais”*.

Os restantes representantes institucionais, contrariamente às motivações e comportamentos demonstrados pelos jovens, e apesar de reconhecerem a participação bastante ativa de alguns segmentos mais jovens, consideram que a maioria não valoriza a ação coletiva por não terem consciência da sua força e da natureza social dos problemas que enfrentam: *“não veem uma solução social e política para os problemas”* (Vítor). Acreditam que a falta de reconhecimento por parte dos jovens se deve à atual sociedade *“líquida, atomizada, individualizada”* (Simão) (Bauman, 2001), onde prevalece a ideia de resiliência individual na sua perspetiva heroica: *“há um discurso ideológico que diz que os nossos problemas são resultado apenas das nossas competências e comportamentos individuais”* (Simão).

No caso de estruturas sindicais, o processo de individualização também se reflete no foco dos jovens em planos individuais, marcados pela procura de benefícios pessoais. Isto é perceptível nas motivações mais pessoais, valorizadas pelos jovens, e que levaram a que se sindicalizassem. Para muitos, a sindicalização só ocorreu quando sentiram *“na pele”* (Daniel)

experiências laborais negativas, sobretudo com chefias; quando se depararam com condições como salários baixos e casos de não progressão ou atualização salarial; com contratos de trabalho precários; e com a necessidade de fazerem bancos de horas.

A valorização de motivações mais pessoais também é visível quando os jovens salientam como razão para a sindicalização os benefícios advindos da mesma: *“existem milhões de benefícios e oportunidades por se estar sindicalizado”* (Rute); *“estar sindicalizado permite-me ter uma proteção extra”* (Jaime); *“os benefícios que tiro de ser sindicalizado fazem valer a pena o custo da quota (sindical)”* (Pedro). Para alguns, os benefícios advindos da mera sindicalização são suficientes, não revelando interesse ou vontade em ter um envolvimento maior em estruturas sindicais: *“nunca fui a um plenário (...), nunca apresentei emendas ao congresso (da CGTP-IN) (...), nunca me envolvi nessa atividade (...). Acho importante sindicalizar-me pelas coisas boas que me traz”* (Jaime).

Ao encontro das motivações e comportamentos que os jovens revelam ter, a representante da UGT considera que atualmente predomina juntos dos jovens uma visão pragmática sobre a sindicalização: *“os jovens estão mais centrados no indivíduo do que no coletivo, por isso só se virem algum benefício (...), algum retorno imediato derivado de serem sindicalizados é que se sindicalizam”*. Isto remete para a ideia de que as decisões tomadas pelos indivíduos são baseadas na satisfação imediata que trazem (Bauman, 2001).

Já no caso de coletivos, no discurso e nos comportamentos dos jovens não parece ser possível identificar motivações baseadas nos benefícios individuais que o envolvimento nestas estruturas pode trazer. Inclusive, rejeitam este cenário ao considerarem que a mobilização coletiva não resulta na conquista de quaisquer benefícios individuais porque *“é feita de sacrifícios pessoais pelo coletivo”* (Solange). Assim, os jovens não só reconhecem como aceitam estes sacrifícios que veem como inevitáveis quando o envolvimento em formas de ação coletiva é ativo. Apesar disto, alguns jovens notam uma instrumentalização dentro de alguns coletivos, mas por parte de outros jovens que conhecem porque *“objetivos pessoais são prioridade”* (Solange) e há quem pretenda *“concretizar agendas pessoais”* (Vasco).

4.2. Características organizacionais e vocacionais

Dada a amplitude deste termo, é importante relembrar as características específicas que se têm em conta na análise. As mesmas são: horizontalidade e verticalidade; disrupção e proximidade a instituições políticas; e coordenação de questões económicas e identitárias.

A horizontalidade e a verticalidade são características valorizadas pelos jovens. No caso de coletivos, a horizontalidade e a democracia interna são determinantes para a sua participação: dizem não se envolver em coletivos que não tenham como objetivo construir e manter uma estrutura interna horizontal e aberta à participação. Jaime salienta a importância da horizontalidade: não marca apenas a estrutura interna dos coletivos e as relações interpessoais estabelecidas entre os seus membros, pode também inspirar mudanças profundas no funcionamento da sociedade.

No caso de estruturas sindicais, a generalidade dos jovens reconhece que as mesmas são caracterizadas por hierarquias, indo ao encontro da literatura (Fonseca & Estanque, 2018), mas rejeitam que sejam rígidas: *“os sindicatos já entenderam que não podem ser muito rígidos nas hierarquias porque isso afasta os jovens (...). Há cada vez mais sindicatos com dinâmicas mais circulares”* (Rute). Para Inês, o discurso sobre a rigidez organizacional das estruturas sindicais é *“na verdade, uma ofensiva criada para afastar os jovens do sindicalismo”*. Os jovens aceitam com naturalidade a natureza hierárquica das estruturas sindicais, e a existência de lideranças, que veem até como necessária, pelos benefícios que consideram trazer, e como característica inerente: *“em qualquer organização há sempre hierarquias (...), ainda que não rígidas, devem ser respeitadas. (...) É quase inerente que algumas pessoas tenham uma palavra mais decisiva que outras (...), destacam-se e assumem um papel de liderança”* (Hugo); *“em qualquer organização formal tem de existir uma ordem hierárquica a cumprir. Isto não beneficia as lideranças, mas o sindicato em si”* (Rute).

Ao mesmo tempo, o carácter democrático e autónomo das estruturas sindicais também é valorizado pelos jovens. Salientam e valorizam como, no contexto das centrais sindicais e suas organizações internas, o diálogo entre as bases mais jovens e as direcções sindicais é incentivado: *“o diálogo com as bases mais jovens é constante. (...) Na CGTP fomenta-se o envolvimento ativo”* (Manuel). Os jovens sentem que os seus contributos são valorizados pelas estruturas: *“a minha opinião é sempre valorizada nos espaços de discussão (...) e decisão”* (Inês). Em concordância, os representantes sindicais valorizam esta participação ativa dos jovens: *“é uma mais-valia”* (Carlos, dirigente sindical).

Apenas um jovem, Jaime, nota problemas na democracia interna de estruturas sindicais – questão levantada pela literatura (Estanque, 2012) –, como o sindicato onde está sindicalizado, a CGTP-IN e a Interjovem, e no incentivo que dão à participação dos sócios. Dado valorizar estas características, o jovem só coloca a hipótese de participar mais ativamente nestas estruturas se as mesmas ultrapassassem estes problemas que identifica.

Quanto aos coletivos, apesar dos jovens reconhecerem e valorizarem a tendência para a horizontalidade, maior democracia interna e inexistência de hierarquias, indo ao encontro da literatura (Fonseca & Estanque, 2018), também reconhecem que são precisamente tendências e não características organizacionais absolutas: *“é ilusório pensar que todos os coletivos são totalmente horizontais, (...) e em todos os momentos 100% democráticos”* (Solange). Oscilações na democracia interna foram determinantes para o afastamento de Vasco do núcleo duro do coletivo do qual fazia parte. Este jovem vai até mais longe admitindo que existem hierarquias: *“existem sempre hierarquias informais e não formais”*. Os jovens parecem aceitar com naturalidade a existência de alguma forma de liderança dentro dos coletivos quando mencionam o surgimento *“natural”* (Jaime) de líderes pela iniciativa, disponibilidade, carisma e experiência que revelam ter. Esta aceitação também é visível com as inconveniências que apontam à horizontalidade: *“atrasa processos de decisão. (...) Às vezes é difícil valorizar todas as opiniões que são muito diferentes”* (Bruno).

Os representantes institucionais de coletivos mostram-se alinhados com os jovens na valorização de características como a horizontalidade: é vista como determinante para a participação dos jovens – *“sendo uma estrutura assim mais leve, apela mais aos jovens do que estruturas verticais”* (Ivo); *“os jovens gostam das nossas estruturas não hierárquicas (...) e muito mais plásticas”* (Simão).

Os jovens valorizam a tendencial horizontalidade e informalidade dos coletivos enquanto princípio, mas tecem críticas à sua prática. A existência de hierarquias informais foi determinante para o afastamento de alguns jovens do núcleo duro de coletivos: *“são muito mais opressoras que hierarquias formais”* (Artur). As críticas à informalidade devem-se a considerarem que, muitas vezes, torna as estruturas dos coletivos pouco claras, clareza essa que os jovens valorizam por permitir a definição de objetivos concretos e uma visão de continuidade da ação a longo prazo, vistas como essenciais para conseguir *“verdadeiras”* (Jaime) mudanças sociais estruturais e sistêmicas. Esta falta de clareza é inclusive motivo para alguns jovens se terem afastado de núcleos duros. Notam que a informalidade predomina nos coletivos pela *“aversão”* (Artur) a hierarquias, que se considera surgirem quanto mais definida for a estrutura. A centralidade da clareza organizativa para os jovens é notada por Vítor, um dos representantes de coletivos: *“(a falta de clareza) leva muitos jovens a abandonar o nosso núcleo”*.

Esta ausência de uma estrutura clara, no que concerne as formas de participar e de tomar decisões, aliada à tendencial horizontalidade, potencia, na visão dos jovens, um envolvimento ocasional e compromisso volátil por parte de outros jovens junto de coletivos: *“vejo ondas de*

grande envolvimento, jovens que militam quase a full-time durante três meses e depois desaparecem por mais três” (Artur). Vítor, representante institucional, confirma esta tendência no seu coletivo: “o envolvimento dos jovens no nosso núcleo duro é muito raro”.

Posto isto, estes jovens, apesar de valorizarem a tendencial informalidade de coletivos, parecem valorizar, ao mesmo tempo, alguma formalidade, pelo menos no que concerne a definição clara de níveis de envolvimento e participação: *“com eleições internas é mais fácil decidir quem e quando é que vai ocupar determinado cargo no coletivo” (Vasco).*

O carácter disruptivo e o de maior proximidade a instituições políticas são ambos valorizados pelos jovens em coletivos e em estruturas sindicais. Uma primeira tendência são os jovens que valorizam e participam em estruturas de ação coletiva que adotam formas mais disruptivas de protesto. No caso de coletivos, é a maioria dos jovens que acredita que *“colocar pressão de forma desconfortável”* (Pedro) consegue mudanças sociais mais significativas porque o poder político cede por receio. Rejeitam *“mudanças através da lei (...), da pressão sobre governos”* (Telma). É de notar que, apesar disto, estes jovens não deixam de estar envolvidos no núcleo duro de coletivos que eles próprios consideram pouco disruptivos.

A valorização da disrupção no contexto de coletivos é visível nos jovens Telma e Bruno, que valorizam movimentos de ação direta. Acreditam *“responder ao que os jovens querem”* por terem um *“papel ativo a criar constrangimentos ao poder inimigo”* (Bruno). Por considerarem a proximidade a instituições políticas insuficiente na conquista de mudanças sociais *“reais”* (Telma), estes dois jovens contribuíram para a criação de um coletivo de ação direta na luta pela habitação.

No caso do movimento sindical, são apenas dois os jovens que valorizam ações mais disruptivas. Telma e Pedro consideram que o movimento tem vindo a perder o seu carácter revolucionário – *“os sindicatos não combatem o sistema, fazem é parte dele”* (Pedro) –, e a sua natureza de protesto, como a literatura aponta (Estanque, 2012). Rejeitam a necessidade de diálogos com negociações em vista: *“se eles (os sindicatos) defendem os trabalhadores, como é que podem negociar com os patrões? Deviam é ser contra eles”* (Telma). Notam cedências nas negociações por parte dos sindicatos, que consideram afastar outros jovens, remetendo para a ideia de moderação dos movimentos como resultado da proximidade a instituições políticas (Lima, 2020). O papel enquanto parceiros sociais é um obstáculo ao envolvimento mais ativo de Pedro no movimento sindical pelas limitações que representa: *“(os sindicatos) dialogam, negociam, às vezes conquistam, mas não transformam o sistema (...), são organizações sem um horizonte de transformação total da sociedade”.*

Esta valorização da disrupção também se deve ao facto dos jovens considerarem que o movimento sindical e outros movimentos sociais menos disruptivos não conseguem influenciar significativamente políticas públicas, particularmente na questão habitacional: “*zero influência, são inócuos*”; “*a única coisa que (os sindicatos) têm efetivamente conseguido é impedir que direitos laborais sejam retirados. Aumentá-los? Não conseguem*” (Telma). Os jovens salientam que esta limitação na influência é mais notória desde a eleição de um governo AD (Aliança Democrática), que não se dispõe a dialogar: “*somos completamente ignorados*” (Artur). Para além disto, na visão dos jovens, qualquer impacto que os coletivos possam ter será sempre invisibilizado: “*os governos apoderam-se das nossas conquistas políticas*” (Solange).

As manifestações feitas pelos coletivos que os jovens consideram menos disruptivos não são valorizadas nos seus contornos atuais: “*precisamos de um novo imaginário de luta confrontativo*” (Solange). São-lhes apontados vários problemas: ineficazes na alteração do cenário social e político – “*não servem para nada*” –; “*parecem um fim em si mesmo em vez de um meio para atingir um fim*” (Telma); são “*demasiado sistémicas*” (Solange); “*são mais um convívio do que um momento de protesto*” (Telma), o que remete para a forma como as pessoas veem estes momentos de protesto e como participam socialmente.

Apesar disto, alguns destes jovens ainda salientam e valorizam algum impacto que os coletivos podem ter na opinião pública – “*só transformamos a sociedade se convertermos a opinião pública*” (Vasco) – através de manifestações, por exemplo, que “*ainda são muito impactantes visualmente*” (Bruno). Também referem o impacto, nem que seja simbólico, que os sindicatos têm quando recusam acordos que não se alinham com os interesses dos trabalhadores que representam.

Ao contrário dos jovens, os representantes de coletivos reafirmam o impacto que estas estruturas de ação coletiva têm nas políticas públicas, ainda que seja difícil de medir e de demonstrar à opinião pública porque “*oficialmente, estas políticas saem do Parlamento, dos partidos, não de nós*” (Vítor).

Outra tendência são os jovens que valorizam a proximidade face a instituições políticas. No caso dos coletivos, são uma minoria os jovens que veem reformas institucionais como necessárias para atingir mudanças possivelmente estruturais, especialmente se as reformas tiverem “*potencial revolucionário*” (Artur). Estes jovens valorizam a proximidade institucional pelos impactos que já trouxe, especialmente para a luta habitacional. Estes impactos são, inclusive, algo que os motivou a permanecer na militância.

No caso das estruturas sindicais, já é a larga maioria dos jovens que valoriza o papel dos sindicatos como parceiros sociais. O diálogo social não é só valorizado, é considerado imprescindível por permitir que os sindicatos contribuíssem para as decisões que afetam os trabalhadores que representam, como a literatura indica (Visser, 2019). Os representantes sindicais mostram-se alinhados com os jovens: “*a parte negocial é da competência dos sindicatos*” (Carlos, dirigente sindical); “*os sindicatos estão feitos para negociar*” (Marta, representante da UGT).

Neste contexto, alguns destes jovens rejeitam a ideia de cedências por parte das estruturas sindicais: “*não há cedências nas negociações*” (Jorge). Inês até acrescenta que esta ideia predominante é “*uma ofensiva, (...) um discurso hostil contra os sindicatos*” e não a realidade. Outros admitem um cenário de cedências, mas veem-nas como necessárias: “*não conseguimos o aumento de 500€, mas temos de garantir o de 100€*” (Rute). Esta necessidade de ceder é o que a representante da UGT chama de responsabilidade social da central.

Este foco nas negociações por parte dos representantes sindicais é particularmente perceptível na visão da representante da UGT face a manifestações e greves. Marta não reconhece às manifestações capacidade de mudança: “*não levam a nada concreto, e só quando há acordos é que os trabalhadores efetivamente beneficiam (...). Só trazem barulho e ruído*”. Quanto às greves, acredita terem-se banalizado e contribuírem para descredibilizar a luta sindical junto dos jovens. Só devem ser convocadas “*quando o diálogo não funciona (...). Temos de esgotar todas as hipóteses de negociação*”.

Ainda se verifica uma terceira tendência: jovens que valorizam um equilíbrio entre proximidade a instituições políticas e ação disruptiva. Acreditam que as estruturas de ação coletiva, por um lado, devem estar abertas a diálogos com o poder político – “*os sindicatos devem estar à mesa das negociações*” (Paula) –, por outro lado, devem mostrar alguma “*agressividade*” (Hugo) na contestação e protesto que levam a cabo. Esta é também a visão dos representantes de coletivos: a ação coletiva deve passar pela “*dualidade de estar fora e dentro das instituições*” (Vitor).

A larga maioria dos jovens valoriza a coordenação de questões económicas e identitárias – “*é o futuro da ação coletiva*” (Solange) – feita pelas estruturas nas quais estão inseridos, reconhecendo o que a literatura identifica: várias formas de ação coletiva fazem esta coordenação (della Porta et al., 2012). Notam que as estruturas não ignoram as intersecções de diversas lutas sociais. Pedro até considera que, no caso de coletivos, “*a perspetiva interseccional é inerente (...), somos permeáveis nos objetivos*”. Consideram que a coordenação

não deve significar que todos os coletivos devem “tratar” (Artur) todas as questões: podem e devem existir coletivos focados em lutas sociais específicas.

Os representantes de coletivos reconhecem a valorização da coordenação pelos jovens: “*é uma necessidade para os mais jovens (...), têm grande sensibilidade por essas questões*” (Vitor). Tal como os jovens, também valorizam a coordenação de questões económicas e identitárias: “*a interseccionalidade é a política do futuro*” (Vitor); “*temos de ser interseccionais porque a luta por condições materiais é a luta pelas pós-materiais*” (Simão).

No caso específico das estruturas sindicais, os jovens valorizam a incorporação no sindicalismo de questões identitárias e o diálogo com coletivos focados nas mais diversas lutas sociais. A maioria dos jovens já vê acontecer alguma incorporação, notando as estruturas sindicais adaptadas às mudanças na sociedade: “*a UGT abomina e luta ativamente contra todas as formas de discriminação (...). Tem vontade de compreender profundamente questões identitárias (...). Queremos saber o que podemos fazer melhor de forma a sermos educadores sociais sobre estas questões*” (Rute). Os representantes sindicais garantem que esta coordenação já acontece, nomeadamente através da organização de conferências e da participação em várias iniciativas sobre estas questões.

Ainda assim, os jovens salientam existir espaço para melhorias, com as estruturas sindicais a deverem mostrar maior preocupação com questões identitárias que podem ser centrais para os sócios. Isto parece indicar que o interesse pela interseccionalidade não decorre desta ser um princípio base para o sindicalismo, mas decorre do interesse que os sócios podem revelar por uma perspetiva interseccional. O interesse dos potenciais sócios mais jovens também parece central na adoção desta postura: “*questões LGBT no sindicalismo podem sem dúvida aproximar os mais jovens*” (jovem Jaime); “*se questões identitárias estiverem no sindicalismo, os jovens aderem mais facilmente*” (representante da UGT). Isto vai ao encontro das recomendações da literatura: a incorporação de questões identitárias é essencial para a revitalização sindical dado o interesse dos jovens pelas mesmas (ETUC, 2021).

Apenas um jovem, Jaime, considera que a coordenação de questões identitárias e económicas feita por estruturas sindicais ainda é “*extremamente insuficiente*”, indo ao encontro da literatura (ETUC, 2021). Aponta o conservadorismo dos quadros sindicais envelhecidos como principal razão, tendência também notada pela representante da UGT: “*(os sindicatos) ainda são liderados por pessoas de uma geração mais antiquada, que ainda olha para questões como a identidade de género, e assim, com dúvidas e preconceito*”.

Problemas na prática da coordenação de questões económicas e identitárias também são apontadas por um dos jovens no contexto de coletivos. Para Vasco, *“a visão interseccional é muito bonita, mas não acontece na prática”*. O jovem nota disputas internas constantes dentro de coletivos sobre quais as questões a priorizar, e em que momentos, para além de que *“há sempre uma luta que se sobrepõe às outras”*.

Apenas uma minoria dos jovens não valoriza uma postura interseccional. Dizem partilhar a visão do PCP: questões identitárias são *“puramente económicas”* (Manuel), já que *“a luta de classes é a questão central”* (Hélder). Esta perspetiva é determinante para Manuel e Inês, que revelam ter abandonado coletivos por não terem a classe social como central. A divisão entre diferentes questões é vista por esta minoria de jovens como *“uma forma de dividir trabalhadores e de intensificar a exploração”* (Inês). Ainda assim, reconhecem que alguns grupos são particularmente explorados, e que requerem um apoio mais direcionado.

4.3. Relação com partidos políticos

A relação que movimentos sociais e partidos políticos estabelecem entre si pode passar pela existência de múltiplas militâncias, e pela instrumentalização de movimentos por partidos (Ferreira, 1994). Tanto nas estruturas sindicais como nos coletivos, as múltiplas militâncias, realidade já conhecida nos meios ativistas e pela literatura (Carvalho, 2025; Fernandes, 2014), são encaradas com naturalidade pelos jovens: *“é normal que quem esteja nos sindicatos esteja também nos partidos de esquerda e vice-versa. Não há contradição, ambos defendem os trabalhadores”* (Bruno).

Os representantes institucionais alinham-se com os jovens: *“é normal que quem tem os mesmos interesses se una para trilhar caminho comum”* (representante da UGT). Não consideram que as múltiplas militâncias devam ser um entrave à participação dos jovens em formas de ação coletiva. Simão, representante de coletivo, vê as relações entre coletivos e partidos como *“uma benesse porque para os partidos serem válidos têm de estar inseridos na sociedade civil”*.

Vítor, também representante de coletivo, já revela maior cautela. Considera que militâncias sobrepostas devem ser explícitas porque levantam questões junto dos jovens: *“quem é que decide as coisas? Está-se a falar em nome de quem?”*. Isto vai ao encontro das questões que as filiações grupais (Simmel, 1955) podem levantar.

A naturalidade com que os jovens encaram as múltiplas militâncias também se deve ao facto de ser o caso pessoal de muitos: são militantes partidários ao mesmo tempo que estão, ativamente ou não, envolvidos em estruturas sindicais e/ou em coletivos. Inclusive, muitos destes jovens dizer ter ficado a conhecer coletivos dos quais fazem parte através dos partidos nos quais militam: *“a minha militância é muito filtrada pelo PC”* (Bruno). Assim, podemos concluir que não há indícios de que a existência de militâncias sobrepostas sejam um entrave à participação dos jovens em formas de ação coletiva, antes pelo contrário.

Sobre a relação que partidos políticos e estruturas de ação coletiva estabelecem entre si, nomeadamente em termos da influência que os primeiros tentam exercer nas segundas, verifica-se uma divisão na posição valorizada pelos jovens.

A generalidade nota uma tendência: os partidos políticos estão muito presentes em estruturas sindicais e em coletivos. Isto levanta questões e desconfiança junto dos jovens: quais são as verdadeiras intenções dos partidos? Pretendem fomentar verdadeiramente a participação popular nas suas várias formas? Ou *“querem controlar os movimentos para garantir que concretizam interesses partidários e eleitorais?”* (Jaime).

No caso de coletivos, todos os jovens parecem ter uma resposta clara: consideram existir uma instrumentalização, que condenam, dos coletivos para fins eleitorais, motivação já identificada pela literatura (Carvalho, 2025). Esta instrumentalização acontece especialmente no contexto dos coletivos na luta pela habitação, e é feita principalmente pelo BE e PCP, mas também pelo PS. Pela utilização do termo “instrumentalização”, que Artur apelida de *“postura extrativista”*, entende-se que este cenário é visto como negativo pelos jovens. Um dos representantes de coletivos, Vítor, parece confirmar esta instrumentalização quando relata alguns episódios em que partidos de esquerda tentaram apoderar-se do mérito do seu coletivo no que concerne a organização de manifestações.

Já no caso de estruturas sindicais, apenas uma minoria dos jovens considera, e condena, que estas estruturas são instrumentalizadas por partidos. Rejeitam que centrais sindicais e sindicatos sejam autónomos e independentes – *“o movimento sindical é um braço de partidos políticos”* (Telma) –, especialmente o caso da CGTP-IN com o PCP – *“está completamente ligada umbilicalmente ao PC”* (Jaime).

A rejeição da instrumentalização e a preocupação com a independência dos movimentos é efetivamente importante para estes jovens. Isto é visível quando dizem *“somos marionetas, (...) figurantes de campanhas eleitorais”* (Vasco). No caso de coletivos, acreditam que a questão

vai além da instrumentalização; tem que ver com o facto do surgimento de movimentos estar dependente de partidos: “*os movimentos não surgem de forma orgânica e, se surgem, são logo cooptados*” (Bruno); “*são criados coletivos satélite de partidos*” (Artur). Neste sentido, os jovens salientam a existência de movimentos que são na verdade “*partidos mascarados de movimentos*” (Solange) ou “*organizações de fachada*” (Jaime), onde “*decisões são tomadas por partidos*” (Vasco). No caso de estruturas sindicais, a principal questão levantada é o controlo dos partidos sobre estas estruturas, que coloca em causa as mesmas enquanto espaços democráticos: “*quem toma decisões nos sindicatos são partidos*” (Telma). Bruno refere casos em que o PCP toma decisões no seio de sindicatos da CGTP-IN sem o conhecimento e concordância de todos os sócios.

A generalidade dos representantes institucionais também partilha a ideia de que não é só importante como necessário a independência dos movimentos face a partidos: “*é problemático quando coletivos viram disfarces de partidos*” (Simão, representante de coletivo). Miguel, representante de um sindicato afeto à CGTP-IN, considera a independência do movimento sindical da maior importância já que “*sindicalismo e partidarismo aparecerem colados*” pode afastar jovens de uma participação mais ativa no movimento. Contrariamente, Vítor, representante de coletivo, considera que a ideia de que os partidos criam coletivos “*é um falso problema*”, é um discurso que “*alimenta fofocas*”, usado como justificação para não se militar. Esta postura mais defensiva reflete o quão importante a questão da independência e autonomia é nos meios ativistas, e a necessidade de reiterar a concretização das mesmas.

A rejeição por parte dos jovens da instrumentalização que partidos levam a cabo no seio de movimentos é perceptível quando identificam um conjunto de consequências negativas para os coletivos que advém da natureza desta relação. Primeiramente, dado que “*os coletivos mais horizontais e democráticos são os apartidários*” (Telma), podemos dizer que, na visão dos jovens, a instrumentalização coloca em causa a natureza democrática dos coletivos. Também é vista como responsável pelo surgimento de conflitos internos a estas estruturas, colocando a sua sobrevivência em causa. Vasco menciona como um dos coletivos onde estava inserido se desintegrou precisamente devido a este tipo de conflitos.

Os jovens também consideram que a instrumentalização subjuga as reivindicações e a ação dos coletivos a agendas partidárias, e impõe limites à sua criatividade e originalidade. É vista como responsável pela adoção, por parte dos coletivos, de formas “*excessivamente institucionais e parlamentares de fazer política*” (Vasco). Uma lógica clubística nos meios ativistas também é criada pela instrumentalização: “*conheço camaradas do PC que não vão a*

certas manifestações porque são organizadas por coletivos que pertencem ao BE” (Bruno). Isto revela sectarismo nos espaços de militância.

Apesar dos jovens rejeitarem a instrumentalização partidária, dois salientam o financiamento partidário, uma forma de dependência dos coletivos face a recursos partidários identificada pela literatura (Carvalho, 2025), como um benefício. No coletivo apartidário que Bruno e Telma contribuíram para criar, todas as despesas são feitas pelos membros: *“gastamos do nosso dinheiro para comprar latas de spray”* (Bruno).

A instrumentalização é determinante para o envolvimento dos jovens em coletivos e estruturas sindicais. No caso de coletivos, três dos jovens entrevistados admitem já se ter afastado da militância em coletivos devido à presença de partidos e às consequências que essa traz. Um dos jovens, Pedro, coloca como hipótese o seu afastamento: *“se o meu coletivo tivesse uma relação privilegiada com algum partido, seria um obstáculo à minha militância (...), valorizo muito a cultura de independência (dos coletivos)”*.

No caso de estruturas sindicais, a instrumentalização é um entrave para a participação mais ativa de dois jovens sindicalizados. Pedro e Bruno não pretendem chegar às posições de delegado ou dirigente sindical. No caso de Pedro, apartidário, deve-se ao facto de considerar o seu sindicato dependente do PCP, partido em cujo projeto político não se revê. Já Bruno, é porque, nessas posições, iria ter a prova concreta que o seu sindicato e o PCP são a mesma estrutura, para além de ir sentir pressão partidária: *“sinto que vou ter outra vez gente do partido em cima de mim”*.

A generalidade dos jovens e representantes institucionais considera que a proximidade de partidos a estruturas sindicais e coletivos é um obstáculo à participação de outros jovens: *“conheço jovens que não se sindicalizam porque pertencem a um partido que acham ser incompatível com determinada central”* (Rute). No caso específico de estruturas sindicais, uma minoria dos entrevistados, que inclui jovens e representantes institucionais, não vê a relação entre estruturas sindicais e partidos como um entrave à participação dos jovens, devido ao desconhecimento que a generalidade tem dos contornos desta relação.

Contrariamente, um grupo de jovens, a larga maioria dos que estão envolvidos em estruturas sindicais, rejeita a ideia de que haja instrumentalização partidária no seio de sindicatos e centrais sindicais – *“a ideia de que a CGTP pertence ao PCP é uma ofensiva ideológica, não é a realidade”* (Manuel) –, salientando o carácter independente, autónomo e apartidário destas estruturas – *“as posições da CGTP só dependem dos trabalhadores, dos sindicalizados, dos delegados e dirigentes”* (Jorge). Inês dá o seu testemunho enquanto jovem

sem filiação partidária que participa ativamente na Interjovem. A independência é reforçada pela representante da UGT: “*não tomamos decisões de acordo com aquilo que o Governo, por ser PSD ou PS, diz*”. Contrariam assim a literatura (Castanheira, 1985).

Alguns destes jovens admitem uma relação privilegiada e simbiótica entre centrais e partidos, que veem com naturalidade – “*é um direito em democracia*” (Hugo) –, e até mesmo como uma inevitabilidade – “*tem de acontecer*” (Daniel) – dados os benefícios que trazem para as estruturas sindicais, e sobretudo para os trabalhadores. Por outro lado, outros jovens rejeitam a existência de relações privilegiadas: “*a Interjovem colabora com várias organizações político-partidárias e associativas. Como qualquer organização, não recusa relações com quem partilha as mesmas lutas*” (Jorge); “*a UGT apoia medidas de qualquer partido, desde que vão ao encontro dos interesses dos trabalhadores (...), e que permitam a progressão do movimento (sindical) e da democracia*” (Rute).

No caso dos jovens que admitem, e até valorizam, relações privilegiadas entre estruturas sindicais e partidos, muitos são militantes do PCP, e mobilizam a visão, que dizem ser a do partido, sobre o sindicalismo: “*nós, militantes comunistas, temos a tarefa de dinamizar ao máximo a luta nos locais de trabalho e o movimento sindical (...). É onde os jovens também ganham consciência de classe*” (Manuel); “*o PC incentiva a participação sindical porque entende que a militância deve ser feita em todas as vertentes da vida*” (Hélder). A concretização desta tarefa por parte do partido é perfeitamente visível com estes jovens: não só dizem ter ficado a conhecer a CGTP-IN, a Interjovem e os sindicatos onde se vieram a sindicalizar através do PCP, como fizeram questão de se sindicalizar em sindicatos da CGTP-IN, onde a presença do partido é maior. Bruno até diz: “*sindicalizei-me, em parte, porque é uma maneira de pensar moldada pelo partido*”. Podemos dizer que a relação entre partidos e estruturas sindicais é uma motivação para a participação dos jovens nestas últimas.

CAPÍTULO 5

Conclusões

O presente estudo foi motivado pelas discussões sobre o envolvimento político e cívico dos jovens, tendo sido possível contribuir para a discussão atual sobre como é que os jovens se relacionam com formas de ação coletiva. Foi possível responder aos objetivos que guiaram esta investigação. Primeiramente, compreender o que explica as motivações para o envolvimento dos jovens e a forma como participam em estruturas sindicais e em organizações de outros movimentos sociais. Em segundo lugar, verificar se há indícios de uma mudança na forma como os jovens se relacionam com a ação coletiva, nomeadamente se se verifica um maior alinhamento com outros movimentos sociais que não o sindical.

Foi exatamente uma perceção neste sentido que começou por guiar a presente investigação, como já foi dito. A generalidade dos entrevistados partilha da perceção. É de notar que alguns, apesar de identificarem um maior envolvimento dos jovens em movimentos sociais que não o sindical, realçam que o seu afastamento deste último está em reversão. São os jovens mais envolvidos, enquanto delegados e dirigentes sindicais, especificamente na CGTP-IN e na Interjovem que notam esta reversão. Isto pode indicar que uma participação mais ativa nestas estruturas permite que estes jovens tenham conhecimento de uma realidade que talvez não esteja a transparecer para quem é meramente sindicalizado, ou para quem está completamente fora destas estruturas sindicais. Porém, também pode revelar a adoção de uma posição mais defensiva onde sentem necessidade de reiterar a presença crescente de jovens no movimento sindical.

É de referir ainda que uma minoria dos entrevistados, especialmente representantes sindicais, considera que a problemática não é a maior aproximação dos jovens a um ou outro movimento social, mas sim o afastamento face todas as formas de associativismo. Isto pode revelar uma tentativa de relativizar o afastamento notório dos jovens face estruturas sindicais.

A presente investigação tinha como um dos objetivos aferir se as três dimensões analíticas definidas – processo de individualização, características organizacionais e vocacionais, e relação com partidos políticos – conseguem contribuir para explicar as motivações para o envolvimento dos jovens e a forma como estes participam em estruturas sindicais e em organizações de outros movimentos sociais. Assim sendo, é importante referir o contributo de cada dimensão para o fenómeno estudado.

No caso do processo de individualização, este parece contribuir para explicar as motivações para a forma como os jovens participam tanto em coletivos como em estruturas sindicais. Motivações focadas em benefícios pessoais e na construção do “eu” são determinantes para o envolvimento dos jovens. A pertença a formas de ação coletiva parece revelar-se importante para o processo de construção da autoidentidade, na medida em que os jovens procuram estruturas que se alinhem com o que consideram essencial para esta construção. Os jovens que participam ativamente identificam-se com as estruturas em que se inserem enquanto os que revelam uma participação mais passiva apresentam uma visão de instrumentalização, especialmente no contexto de estruturas sindicais. Os jovens ativamente envolvidos em coletivos identificam-se com os seus valores; os jovens sindicalistas sentem uma responsabilidade social e veem as posições que ocupam como parte do seu projeto pessoal.

Pode-se dizer que os jovens participam ativamente em estruturas de ação coletiva, revelando um compromisso com as mesmas. Valorizam as suas componentes, como a existência de um “nós”, a solidariedade social e os laços identitários e comunitários, rejeitando a privatização de problemas sociais, a competição entre indivíduos e o seu isolamento. Preocupam-se com o interesse do grupo, mas também com a identificação pessoal com o mesmo, e com a construção do “eu”. Assim, parecem combinar o compromisso grupal com os projetos pessoais de cada um. Este cenário é reconhecido pela larga maioria dos representantes institucionais.

Relativamente à segunda dimensão analítica, relativa às características organizacionais e vocacionais, podemos dizer que as mesmas, nos seus três subtópicos, contribuem para explicar as motivações para o envolvimento dos jovens e a forma como estes participam tanto em estruturas sindicais como em coletivos. São determinantes para a decisão dos jovens se envolverem ativamente em tais estruturas, mas também na decisão de saírem dos núcleos duros de coletivos, e como entrave a uma participação mais ativa no movimento sindical. Esta centralidade das características organizacionais e vocacionais para a participação dos jovens é notada pelos representantes institucionais de coletivos e de estruturas sindicais.

Sobre os tópicos específicos desta dimensão, é possível retirar algumas conclusões. A verticalidade das estruturas sindicais e a horizontalidade das organizações de outros movimentos sociais são reconhecidas e valorizadas pelos jovens. No entanto, nota-se a complexidade da questão: as estruturas sindicais não parecem tão hierárquicas como se possa achar, e a horizontalidade está longe de ser ideal na gestão de um coletivo. O mesmo acontece com a democracia interna destas estruturas: as estruturas sindicais aparecem como bastante

democráticas e os coletivos com problemas na concretização desta democracia. Isto parece sugerir uma discrepância entre a percepção externa, apoiada até pela literatura, que se tem destas estruturas, e a experiência interna das mesmas, vivenciada pelos jovens entrevistados.

Quanto à ação disruptiva ou maior proximidade das estruturas de ação coletiva a instituições políticas, é possível dizer que, no geral, ações de algum modo disruptivas são valorizadas pelos jovens. Entre os jovens mais envolvidos, é importante distinguir entre os envolvidos em coletivos e em estruturas sindicais. Os primeiros, apesar de valorizarem a disruptão, criticam as formas de protesto levadas a cabo atualmente por coletivos; anseiam por formas que tenham real impacto no cenário social e político. Já os segundos, valorizam o papel das estruturas sindicais no diálogo social, que deve ser preservado. Isto vai ao encontro da percepção externa, suportada pela literatura, sobre a ação levada a cabo por estas estruturas.

Neste aspeto é que notar que alguns jovens não reconhecem impacto, ou reconhecem um cada vez menor, das estruturas de ação coletiva em políticas públicas e legislação, ideia que todos os representantes institucionais reiteram como falsa. Assim, há um desfasamento entre a postura institucional e a postura individual ou pessoal dos jovens. Esta última não deve ser de todo desvalorizada já que sendo o envolvimento destes jovens tão ativo, as suas percepções são essenciais e bastante reveladoras. Como eles próprios partilham, a percepção de impacto social e político destas estruturas motiva-os, e a outros jovens, para a militância.

Em relação à coordenação de questões económicas e identitárias, é largamente valorizada pelos jovens, e reconhecida como mais associada a outros movimentos sociais que não o sindical. Isto vai ao encontro da literatura e da percepção externa sobre estes dois tipos de estruturas. Curiosamente, a minoria de jovens que desvaloriza a adoção de uma perspetiva interseccional no contexto de estruturas de ação coletiva estão bastante envolvidos no movimento sindical, este visto como atento aos interesses dos sócios por questões identitárias, mas ainda ineficaz na incorporação destas questões.

Estes três subtópicos são características organizacionais e vocacionais de estruturas de ação coletiva, que se relacionam com aspetos do funcionamento interno das mesmas. Nesta investigação, a centralidade destas características para a participação dos jovens é ainda mais significativa dado que os jovens entrevistados revelam uma participação bastante ativa, em que pertencem a núcleos duros de coletivos e a direções sindicais.

Por fim, no que concerne a última dimensão de análise, referente à relação das estruturas de ação coletiva com partidos políticos, as múltiplas militâncias são aceites com naturalidade já que a larga maioria dos jovens as pratica. A independência das estruturas de ação coletiva é

largamente valorizada. A instrumentalização levada a cabo por partidos é uma questão algo sensível e largamente rejeitada pelos jovens. No caso de coletivos, esta rejeição é vista como uma questão de princípio, e como razão para o afastamento dos jovens dos núcleos duros. Ainda assim, aceita-se o seu valor utilitário sob a forma de financiamento partidário. No caso das estruturas sindicais, a instrumentalização também é reconhecida como fator de afastamento, mas é vista como uma campanha de desinformação disseminada pelo sistema capitalista, uma acusação que os jovens rejeitam.

Dado que as três dimensões analíticas se mostram determinantes, é possível responder à pergunta de partida: quais os fatores que podem explicar as motivações para o envolvimento dos jovens e a forma como estes participam em estruturas sindicais e coletivos? Os fatores explicativos são o processo de individualização, as características organizacionais e vocacionais destas estruturas, e a sua relação com partidos políticos.

Através dos comportamentos e da forma como os jovens participam em estruturas de ação coletiva, é possível dizer que existem indícios de mudanças na relação que estabelecem com estas estruturas, nomeadamente com jovens que se afastaram dos núcleos duros de coletivos por um conjunto de razões relacionadas com as três dimensões de análise que guiaram esta investigação, e jovens que abandonaram esses núcleos duros e preferiram permanecer ou envolver-se em estruturas sindicais. Isto não permite responder à questão sobre se os jovens revelam um maior alinhamento com outros movimentos sociais que não o sindical, tarefa que se revela complexa por várias razões. Na teoria, os jovens valorizam a horizontalidade e informalidade, mas na prática valorizam formas mais verticais e alguma formalidade, características usualmente associadas a estruturas sindicais. No caso da ação disruptiva ou institucional, valorizam mais a primeira – ainda que reconheçam a importância da segunda –, normalmente associada a outros movimentos sociais. Por fim, sobre a relação com partidos políticos, rejeitam a instrumentalização e valorizam a independência e autonomia, características usualmente mais identificadas noutros movimentos sociais que não o sindical.

É de notar duas diferenças entre coletivos e estruturas sindicais. Primeiramente, os jovens ativamente envolvidos em coletivos apresentam maior diversidade de opiniões em termos do que valorizam. Revelam mais abertura para uma visão crítica da participação e do funcionamento destas estruturas. As críticas que fazem são vistas como aspetos que limitam a capacidade transformativa que os coletivos podem ter. Já os jovens sindicalistas aceitam muitos aspetos da participação e do funcionamento de estruturas sindicais como naturais, apresentando justificações para determinados cenários internos. Revelam um discurso mais defensivo, em

que todos os aspetos apontados às estruturas são vistos como críticas, estas parte de uma campanha que pretende destruir o movimento sindical. A outra diferença tem que ver com o afastamento face as estruturas de ação coletiva. Nos coletivos, parece que a saída do núcleo duro representa um corte fundamental com o movimento enquanto nas estruturas sindicais só a mera sindicalização já é vista como sinónimo de alinhamento com a luta sindical.

Dado os objetivos desta investigação de contribuir para a atual discussão sobre a participação política e a prática da cidadania por parte dos jovens, é possível retirar algumas ilações do conhecimento obtido neste estudo. A participação política ativa foi um critério para a seleção da amostra, perceptível nos comportamentos dos jovens. Esta participação permite-lhes conhecer profundamente as estruturas em que se inserem, muitas vezes contrariando perceções externas que existem sobre as mesmas. Revelam refletir criticamente sobre o funcionamento interno das estruturas e sobre as formas de participação nas mesmas. Esta postura crítica é particularmente perceptível nos jovens que deixaram de ter uma participação ativa nas estruturas, nos jovens que colocam essa possibilidade em determinadas circunstâncias, e nos jovens que apresentam um envolvimento mais passivo. A maioria, apesar da adoção de uma postura crítica, em que identificam muitos problemas nas estruturas, permanece envolvido ativamente por várias razões, nomeadamente pelo forte sentimento de identificação com as lutas sociais e políticas. Ainda assim, alguns destes problemas são vistos pelos jovens como entraves à participação mais ativa de outros jovens nestas estruturas e na sociedade civil no geral.

Ditos problemas são notados pelos representantes institucionais, por isso podemos dizer que, de certa forma, as estruturas já reconhecem alguns dos problemas, realçando inclusive algumas estratégias de ação nesse sentido que, para muitos dos jovens entrevistados, ainda não são suficientes. Assim, talvez o presente estudo possa revelar-se interessante para organizações da sociedade civil compreenderem melhor a participação dos jovens: o que valorizam, e o que é determinante para a sua participação, mas também para o seu distanciamento.

É notável a valorização da prática de uma cidadania mais ativa, com uma imersão maior dos jovens naquilo que é uma sociedade civil forte, essencial para uma democracia de maior qualidade. Isto revela-se particularmente importante numa altura em que as nossas democracias estão sob ataque pela extrema-direita, realidade sobre a qual os jovens revelaram grande receio e preocupação.

De forma a atingir uma sociedade civil forte, marcada por uma participação ativa, alguns dos jovens mencionam a criação de um grande movimento de esquerda, amplo em termos de atores sociais envolvidos e reivindicações sociais e políticas. Os que não vão tão longe

mencionam a necessidade de estabelecer alianças estratégicas entre coletivos e estruturas sindicais, entre si e em relação uns com os outros, e mesmo a inclusão de partidos políticos nestas dinâmicas. A maior cooperação entre estes atores sociais pode trazer benefícios para aquilo que é a ação coletiva, nomeadamente uma maior, mais abrangente e transformadora capacidade de mudança social e política.

Podemos dizer que os jovens remetem para a necessidade de um projeto social e político mais amplo, onde várias e diferentes forças da sociedade civil se unem numa luta concertada. Existe um reconhecimento que a fragmentação na esquerda portuguesa não gera capacidade transformadora, ou seja, a dimensão individual de cada estrutura – sindical, coletivo de movimento social, partido político – não é suficiente, especialmente num contexto de ameaça da extrema-direita, que se apresenta mais como um bloco unido.

Por fim, falta referir o que se poderia colocar na agenda de investigação. Pode ser interessante no futuro compreender como é que os partidos políticos percecionam as mudanças ocorridas na relação dos jovens com a ação coletiva, especialmente no que concerne a relação dos partidos com coletivos e estruturas sindicais como fator explicativo dessas mudanças. Dado que os jovens realçam a necessidade dos partidos se envolverem mais na sociedade civil, também poderia ser interessante aferir quais as perspetivas dos partidos face à possibilidade de maior cooperação entre estruturas partidárias, coletivos e estruturas sindicais, nomeadamente sob a forma de um amplo projeto social e político de esquerda.

Referências Bibliográficas

- Accornero, G., & Pinto, P. R. (2017). *Politics in Austerity: Strategic Interactions Between Social Movements and Institutional Actors in Portugal, 2010-2015* [Sessão de conferência]. 24th International Conference of Europeanists, Glasgow, Reino Unido. <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/politics-after-austerity-strategic-interactions-between-social-movements-and-institutional-actors/42567>
- Augusto, N. M. (2008). A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 155-177. <https://doi.org/10.4000/rccs.658>
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Zahar.
- Beck, U. (2000). A reinvenção da política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva. Em U. Beck, A. Giddens, & S. Lash (Eds.), *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna* (pp. 1-51). Celta Editora.
- Bennett, W. L. (2008). Changing citizenship in the digital age. Em W. L. Bennett (Ed.), *Civic Life Online: Learning How Digital Media Can Engage Youth* (pp. 1-24). MIT Press.
- Borbáth, E., & Hutter, S. (2020). Protesting Parties in Europe: A comparative analysis. *Party Politics*, 27(5), 896–908. <https://doi.org/10.1177/1354068820908023>
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4ª edição). Oxford University Press.
- Carmo, R. M. do, & Matias, A. R. (2019). *Retratos da precariedade: Quotidianos e aspirações dos jovens trabalhadores*. Tinta-da-China.
- Carvalho, T. (2022). *Contesting Austerity: Social Movements and the Left in Portugal and Spain (2008-2015)*. Amsterdam University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv2n06jkb>
- Carvalho, T. (2025). Party in the movement: backstage partyisation in austerity Portugal. *European Societies*, 27(4), 724-751. https://doi.org/10.1162/euso_a_00036
- Castanheira, A. I., & Silva, M. S. (2022). Não há justiça climática sem justiça social. *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, (25), 16-19.

<https://www.plataformaongd.pt/noticias/revista-da-plataforma-nao-ha-justica-climatica-sem-justica-social>

- Castanheira, J. P. (1985). Os sindicatos e a vida política. *Análise Social*, 21(87/88/89), 801–818. <https://www.jstor.org/stable/41010721>
- Cavalcante, T. M. B. de, & Costa, M. H. A. (2017). Equivalência e Processos de Referenciação na Construção Identitária do Movimento Occupy Wall Street. *Moara: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*, (47), 10-30. <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v1i47.4115>
- Cha, J. M., Holgate, J., & Yon, K. (2018). Emergent Cultures of Activism: Young People and the Building of Alliances Between Unions and Other Social Movements. *Work and Occupations*, 45(4), 451-474. <https://doi.org/10.1177/0730888418785977>
- Dalton, R. J. (2009). *The Good citizen: how a younger generation is reshaping American politics*. CQ Press.
- della Porta, D. (2017). Política progressista e política regressiva no neoliberalismo tardio. Em Geiselberger, H. (Ed.), *O grande retrocesso: um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo* (pp. 63-81). Objectiva.
- della Porta, D., & Caiani, M. (2009). *Social Movements and Europeanization*. Oxford University Press.
- della Porta, D., Reiter, H., Andretta, M., Milan S., & Rossi, F. (2012). Desperately seeking politics: Political attitudes of participants in three demonstrations for worker's rights in Italy. *Mobilization: An International Quarterly*, 17(3), 349-361.
- Earl, J., Maher, T. V., & Elliot, T. (2017). Youth, activism, and social movements. *Sociology Compass*, 11(4), 1-14. <https://doi.org/10.1111/soc4.12465>
- Emmel, N. (2013). *Sampling and choosing cases in qualitative research: a realist approach*. SAGE.
- Estanque, E. (2012). Precariedade, sindicalismo e ação coletiva. *Configurações*, (9), 81-102. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1133>

- Estêvão, P., Calado, A., & Capucha, L. (2017). Resilience: moving from a “heroic” notion to a sociological concept. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (85), 9-25. <https://journals.openedition.org/spp/3202>
- European Trade Union Confederation [ETUC]. (2021). *Recommendations for engaging young people in trade unions*. ETUC Youth Committee.
- Fairbrother, P. (2008). Social Movement Unionism or Trade Unions as Social Movements. *Employee Responsibilities and Rights Journal*, 20, 213-220. <https://doi.org/10.1007/s10672-008-9080-4>
- Farber, H. (2001). Notes on the economics of labour unions (Documento de trabalho n.º 452). Industrial Relations Section, Princeton University.
- Feixa, C., Pereira, I., & Juris, J.S. (2009). Global citizenship and the ‘New, New’ social movements: Iberian connections. *YOUNG*, 17(4), 421-442. <https://doi.org/10.1177/110330880901700405>
- Fernandes, T. (2014). *A Sociedade Civil*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ferreira, R. V. L. (1994). Movimentos sociais e partidos políticos. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2(2), 166-176. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/49>
- Fisher, M. (2023). *Realismo Capitalista: Não Haverá Alternativa?* (3ª edição). Vasco Santos Editor e John Hunt Publishing.
- Flick, U. (2014). *An Introduction to Qualitative Research* (5ª edição). SAGE.
- Fonseca, D., & Estanque, E. (2018). Sindicalismo e lutas sociais em tempos de crise. *E-cadernos CES*, (29), 213-235. <https://doi.org/10.4000/eces.3483>
- Fontes, P. V. (2017). Juventude, participação política e movimentos sociais: reflexões críticas. *Teoria e Sociedade*, 25(2), 161-175. <http://hdl.handle.net/10174/28029>
- Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade*. Editora Unesp.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Zahar.
- Giugni, M., & Grasso, M. (2019). Party membership and social movement activism: A macro-micro analysis. *Party Politics*, 27(1), 92-102. <https://doi.org/10.1177/1354068818823446>

- Hodder, A., & Kretsos, L. (Eds.). (2015). *Young Workers and Trade Unions: A Global View*. Palgrave Macmillan.
- Juris, J. S., & Pleyers, G. H. (2009). Alter-activism: emerging cultures of participation among young global justice activists. *Journal of Youth Studies*, 12(1), 57–75. <https://doi.org/10.1080/13676260802345765>
- Lima, V. (2020). The Institutionalisation of Social Movements: Co-Optation and Democratic Policymaking. *Political Studies Review*, 19(2), 245-261. <https://doi.org/10.1177/1478929920913805>
- Marchi, R. (2018). Media and Social Movements. Em P. Napoli (Ed.), *The Handbook of Mediated Communication* (pp. 609-626). De Gruyter.
- Matos, R., Soares, M., Torres, J., & Maia, R. L. (2023). *Projeto “Politicamente Desperto”: Mais informação, melhor participação (Relatório final)*. Comissão Nacional de Juventude. <https://www.cnj.pt/politicamente-desperto>
- Melucci, A. (1996). Youth, time and social movements. *YOUNG*, 4(2), 3-14. <https://doi.org/10.1177/110330889600400202>
- Meyer, D. S., & Tarrow, S. (1998). *The social movement society: contentious politics for the new century*. Bloomsbury Academic.
- Morissette, R., Schellenberg, G., & Johnson, A. (2005). Diverging trends in unionization. *Statistics Canada*, (75), 5-12.
- Norris, P. (2002). *Democratic phoenix: reinventing political activism*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511610073>
- Offe, C. (1985). New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics. *Social Research*, 52(4), 817–868.
- Oliveira, M. S. de (2021). Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores. *Opinião Pública*, 27(2), 585-622. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021272585>
- Ortiz, I., Burke, S., Berrada, M., & Cortés, H. S. (2022). *World Protests: A Study of Key Protest Issues in the 21st Century*. Palgrave Macmillan.

- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Simon & Schuster.
- Ragin, C. C., & Amoroso, L. M. (2011). *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method* (2ª edição). SAGE.
- Rego, R., Alves, P. M., Silva, J., & Naunmann, R. (2013). Os sítios na internet dos sindicatos portugueses: navegação à vista? *Sociologia, Problemas e Práticas*, (73), 93-110. <https://journals.openedition.org/spp/1353>
- Roberts, K. (2015). Youth mobilisations and political generations: young activists in political change movements during and since the twentieth century. *Journal of Youth Studies*, 18(8), 950-966. <https://doi.org/10.1080/13676261.2015.1020937>
- Silverman, D. (2014). *Interpreting Qualitative Data* (5ª edição). SAGE.
- Simmel, G. (1955). *Conflict and the web of group-affiliations*. Free Press.
- Tarrow, S. (1998). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge University Press.
- Tejerina, B. (2017). Collective Action and Social Movements: The Changing Face of Mobilizations and Protest. Em K. O. Korgen (Ed.), *The Cambridge Handbook of Sociology: Core Areas in Sociology and the Development of the Discipline* (volume 1, pp. 497–507). Cambridge University Press.
- Touraine, A. (1977). *The self-production of society*. The University of Chicago Press.
- Villaverde Cabral, M. (2000). O exercício da cidadania política em Portugal. *Análise Social*, 35(154-155), 85-113. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2000155.06>
- Visser, J. (2019). *Sindicatos: Um equilíbrio em tempos de mudança*. (Documento de trabalho de ACTRAV-OIT). Organização Internacional do Trabalho.

Anexos

Anexo A. Caracterização dos entrevistados

Tabela 1: caracterização dos jovens entrevistados

Nomes	Género	Idade	Habilitações académicas	Envolvimento no movimento sindical	Envolvimento noutros movimentos sociais	Pertença a estruturas partidárias
Solange	Feminino	29 anos	Mestrado	Nunca	Núcleo duro de coletivos na luta pela habitação e de apoio a imigrantes	Nunca
Daniel	Masculino	30 anos	Licenciatura	Sindicalizado num sindicato da CGTP-IN (área do audiovisual); já foi delegado sindical	Nunca	Sim
Telma	Feminino	26 anos	Licenciatura	Sindicalizada num sindicato da CGTP-IN (setor da distribuição)	Núcleo duro de coletivos na luta pela habitação e pela libertação da Palestina	Sim
Vasco	Masculino	32 anos	Mestrado	Nunca	Integrava o núcleo duro de coletivos na luta pela habitação	Já pertenceu
Bruno	Masculino	27 anos	Mestrado	Sindicalizado num sindicato da CGTP-IN (área do marketing)	Núcleo duro de um coletivo na luta pela habitação; participa ocasionalmente em ações de outros coletivos	Sim
Manuel	Masculino	28 anos	Mestrado	Dirigente sindical num	Integrava o núcleo duro de	Sim

Nomes	Género	Idade	Habilitações académicas	Envolvimento no movimento sindical	Envolvimento noutros movimentos sociais	Pertença a estruturas partidárias
				sindicato da CGTP-IN (setor da banca); coordenador na Interjovem	diversos coletivos	
Hugo	Masculino	30 anos	Pós-graduação	Sindicalizado num sindicato da UGT (setor da banca); membro da comissão de jovens do seu sindicato	Nunca	Sim
Artur	Masculino	26 anos	Mestrado	Nunca	Integrava o núcleo duro de um coletivo na luta pela habitação	Nunca
Rute	Feminino	33 anos	Licenciatura	Sindicalizada num sindicato da UGT (setor da banca); coordenadora na Comissão da Juventude	Nunca	Nunca
Jaime	Masculino	28 anos	Mestrado	Sindicalizado num sindicato da CGTP-IN (área da educação)	Núcleo duro de coletivos na luta pela habitação e em coletivos de memória	Nunca
Hélder	Masculino	26 anos	Ensino secundário	Delegado sindical num sindicato da CGTP-IN (setor da banca)	Nunca	Sim
Pedro	Masculino	34 anos	Mestrado	Sindicalizado num sindicato da CGTP-IN	Núcleo duro de um coletivo anti carcerário	Nunca

Nomes	Género	Idade	Habilitações académicas	Envolvimento no movimento sindical	Envolvimento noutros movimentos sociais	Pertença a estruturas partidárias
				(área de <i>call-center</i>)		
Inês	Feminino	25 anos	Licenciatura	Sindicalizada num sindicato da CGTP-IN (área da enfermagem); coordenadora na Interjovem	Integrava o núcleo duro de diversos coletivos; participa ocasionalmente em ações de coletivos na luta pela habitação e pela libertação da Palestina	Nunca
Paula	Feminino	25 anos	Licenciatura	Já foi sindicalizada num sindicato da CGTP-IN (setor dos serviços)	Participa ocasionalmente em ações de diversos coletivos	Sim
Jorge	Masculino	23 anos	Ensino profissional	Delegado sindical num sindicato da CGTP-IN (setor das telecomunicações); coordenador na Interjovem	Nunca	Sim

Tabela 2: caracterização dos representantes institucionais entrevistados

Nomes	Género	Estrutura que representa	Tipo de envolvimento
Marta	Feminino	Comissão da Juventude da UGT	Coordenadora
Joana	Feminino	Interjovem da CGTP-IN	Coordenadora
Carlos	Masculino	Sindicato afeto à CGTP-IN (setor dos transportes)	Dirigente sindical
Duarte	Masculino	Sindicato independente (setor dos transportes)	Dirigente sindical

Miguel	Masculino	Sindicato independente (setor dos transportes)	Dirigente sindical
Vítor	Masculino	Coletivo na luta pela habitação	Membro do núcleo duro e porta-voz
Ivo	Masculino	Coletivo anti precariedade	Membro do núcleo duro e porta-voz
Simão	Masculino	Coletivo na luta por melhores condições de vida	Membro do núcleo duro e porta-voz

Anexo B. Guiões de entrevistas

Guião das entrevistas aos jovens

A presente entrevista enquadra-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Sociologia intitulada “Sindicalismo e outros movimentos sociais: motivações e formas de participação dos jovens”. Através das entrevistas, a pesquisa pretende compreender a sua participação na(s) estrutura(s) de ação coletiva em que se insere, nomeadamente as motivações para a sua adesão, a sua experiência até agora, e visão para o futuro. Obrigada pela participação. Todos os dados obtidos serão tratados com confidencialidade, sendo utilizados apenas para fins desta pesquisa.

Caracterização dos entrevistados:

- a) Idade
- b) Género
- c) Classe social de origem
- d) Habilitações académicas
- e) Naturalidade
- f) Situação profissional e tipo de contrato
- g) Setor de atividade e setor económico
- h) Envolvimento dos pais no movimento associativo

Questões:

Antes da adesão à(s) estrutura(s)

1. Quão importantes ou presentes eram questões sociais, políticas e laborais na sua vida?
2. Antes de aderir, já tinha tido contacto prévio com a estrutura em questão ou com outra(s) estrutura(s) de ação coletiva? Por exemplo, a participação em alguma manifestação ou atividade?
3. Já tinha aderido a alguma estrutura de ação coletiva previamente?

4. Qual era a sua percepção acerca da ação coletiva no geral, e sobre o tipo de estrutura(s) em que se envolveu especificamente?
5. Como ficou a conhecer a(s) estrutura(s) em que se envolveu?
6. Tinha expectativas prévias à adesão? Se sim, quais?
7. Pertence ou já pertenceu a algum partido político?

Adesão à(s) estrutura(s)

8. O que o motivou a aderir à(s) estrutura(s)?
9. Existe(m) alguma(s) razão/razões para ter aderido especificamente à(s) estrutura(s) em que se envolveu?
10. Pretendia algo específico com a adesão, em termos de envolvimento e contribuição que queria dar à(s) estrutura(s)?

Experiência até agora

11. Que posição ocupa na(s) estrutura(s)?
12. Em que ações organizadas pela(s) estrutura(s) costuma participar?
13. Porque é que é importante para si fazer parte de (uma) estrutura(s) de ação coletiva?
14. Identifica algumas vantagens e desvantagens da participação em estruturas de ação coletiva?

Percepções e considerações sobre as dimensões analíticas

15. Como vê as características organizacionais e vocacionais na(s) estrutura(s) às quais pertence? Nota mais horizontalidade ou verticalidade? Mais informalidade ou formalidade? Considera a(s) estrutura(s) democráticas?
16. Destas características, o que mais valoriza? Alguma(s) é/são determinantes para o seu envolvimento?
17. Na(s) estrutura(s) a que pertence, nota a adoção de uma ação mais disruptiva ou de maior proximidade a instituições políticas? Que posição valoriza mais?
18. A posição adotada é determinante para o seu envolvimento?
19. Quão importante é para si a coordenação entre questões económicas e identitárias?
20. Nota que a(s) estrutura(s) onde se insere conseguem fazer esta coordenação? Isto é determinante para o seu envolvimento?
21. Nota alguma relação entre a(s) estrutura(s) nas quais se insere e partidos políticos? Se sim, como vê esta relação?
22. A postura que a(s) estrutura(s) nas quais se insere adotam face a partidos políticos é determinante para o seu envolvimento?

Participação dos jovens

23. Nota alguma tendência na participação de outros jovens em estruturas de ação coletiva?

24. Nota uma participação marcada por grande compromisso ou um envolvimento mais ocasional?
25. O que considera que leva os jovens a participar nestas estruturas?
26. O que considera que pode servir como entrave à participação dos jovens nestas estruturas?
27. Vê a participação política e cívica dos jovens como um problema atual?
28. Considera que as próprias estruturas de ação coletiva e os seus representantes veem a participação dos jovens como um problema?
29. Considera que os jovens atualmente estão mais próximos de outros movimentos sociais que não o sindical?

Futuro da ação coletiva

30. O que considera puder ser feito no sentido de fomentar a participação política e cívica dos jovens?
31. Como antevê esta participação num futuro próximo?
32. Antevê alguma(s) tendência(s) naquilo que é a ação coletiva no geral? Por exemplo, mais protestos, ou maior institucionalização?
33. O que gostava de ver acontecer neste contexto?

Guião das entrevistas aos representantes institucionais

A presente entrevista enquadra-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Sociologia intitulada “Sindicalismo e outros movimentos sociais: motivações para a participação dos jovens”. Através das entrevistas, a pesquisa pretende compreender a perspetiva da estrutura que representa sobre as motivações para a participação dos jovens nas mesmas. Obrigada pela participação. Todos os dados obtidos serão tratados com confidencialidade, sendo utilizados apenas para fins desta pesquisa.

Questões:

Representações institucionais sobre a participação atual dos jovens

1. Nota alguma tendência atual na forma como os jovens participam em estruturas de ação coletiva, especificamente naquela que representa?
2. Nota alguma evolução nas formas de participação dos jovens nos últimos dez anos?
3. Nota uma participação marcada por grande compromisso ou um envolvimento mais ocasional?

4. Considera que os jovens atualmente estão mais próximos de outros movimentos sociais que não o sindical?
5. Considera que a atual participação política e cívica dos jovens é um problema?

Representações institucionais sobre os fatores explicativos para a participação dos jovens

6. O que considera serem as motivações para a participação dos jovens em estruturas de ação coletiva, especialmente na que representa?
7. O que considera que os jovens procuram nestas estruturas, especialmente na que representa?
8. O que considera serem entraves à participação dos jovens?
9. Considera que características como a horizontalidade e a verticalidade são determinantes para o envolvimento dos jovens em estruturas de ação coletiva? Qual destas características considera que os jovens valorizam mais?
10. Considera o carácter democrático das estruturas determinante para o envolvimento dos jovens?
11. Considera a posição que as estruturas adotam face a instituições políticas – ação disruptiva ou proximidade institucional – é determinante para o envolvimento dos jovens? Qual destas características considera que os jovens valorizam mais?
12. Considera que a capacidade das estruturas coordenarem questões económicas e identitárias é determinante para o envolvimento dos jovens?
13. Considera que a perceção que os jovens podem ter da relação que estas estruturas estabelecem com partidos políticos é determinante para o seu envolvimento?
14. Considera que os jovens valorizam a independência e autonomia das estruturas ou aceitam alguma presença partidárias nas mesmas?

Futuro da ação coletiva

15. O que considera poder ser feito no sentido de fomentar a participação política e cívica dos jovens?
16. Como antevê esta participação num futuro mais próximo?
17. Antevê alguma(s) tendência(s) naquilo que é a ação coletiva no geral? Por exemplo, mais protestos, ou maior institucionalização?
18. O que gostava de ver acontecer neste contexto?

Guião das entrevistas exploratórias aos académicos

A presente entrevista enquadra-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Sociologia intitulada “Sindicalismo e outros movimentos sociais: motivações para a participação dos

jovens”. Através das entrevistas, pretende-se ficar a conhecer, de forma mais profunda, o estado da arte da literatura sobre o tema da dissertação; ficar a conhecer a sua perceção acerca das três dimensões analíticas identificadas; recolher fontes de informação; e identificar representantes institucionais a entrevistar. Obrigada pela participação. Todos os dados obtidos serão utilizados apenas para fins desta pesquisa.

Questões:

Estado da arte da literatura sobre o movimento sindical e outros movimentos sociais

1. Como vê a dicotomia clássica presente na literatura entre velhos movimentos sociais e novos movimentos sociais?
2. Qual considera ser a melhor forma de distinguir conceptualmente estruturas sindicais e organizações de outros movimentos sociais? Nota alguma tendência ou mudança mais recente na literatura que se deva ter em conta?
3. O que identifica como literatura e autores essenciais sobre este tema?
4. Identifica algum/alguns debate(s) atuais no contexto da ação coletiva? E no contexto do movimento sindical especificamente?
5. Nota que, no contexto português, estruturas sindicais e organizações de outros movimentos sociais cooperam entre si?

Exploração das dimensões analíticas

6. Estou a partir da perceção de que outros movimentos sociais são atualmente mais atrativos que o sindical. Considera ser esta a realidade?
7. Quais os fatores que considera explicarem isto?
8. Existem dados que suportem esta perceção?
9. Considera que o processo de individualização influencia a participação política e cívica dos jovens, especialmente em formas de ação coletiva?
10. Parece-lhe que isto pode acontecer mais no contexto de estruturas sindicais ou de organizações de outros movimentos sociais?
11. Quais as principais diferenças organizacionais que identifica entre estruturas sindicais e organizações de outros movimentos sociais?
12. Considera que as suas características organizacionais são determinantes para a participação dos jovens nestas estruturas? Nota preferência dos jovens por algumas em detrimento de outras?
13. No caso específico do movimento sindical, está muito presente na literatura a ideia de que o movimento ainda não consegue incorporar questões ditas mais identitárias e culturais. Considera ser esta a realidade?

14. Considera que uma perspetiva interseccional, onde são coordenadas questões mais económicas e outras mais identitárias, é determinante para a participação dos jovens em formas de ação coletiva?
15. A ideia de que o movimento sindical português é controlado por partidos políticos predomina na literatura e não só. Este cenário ainda é uma realidade? Nota mudanças ao longo do tempo?
16. Como descreveria a relação estabelecida entre partidos políticos e organizações de outros movimentos sociais, no contexto português?
17. Considera que a relação entre partidos e estes dois tipos de estruturas de ação coletiva é determinante para a participação dos jovens nas mesmas?
18. Quais considera serem os principais desafios que a ação coletiva enfrenta atualmente?
E o movimento sindical especificamente?

Identificação de fontes de informação e representantes institucionais

19. Onde é possível encontrar dados sobre a participação dos jovens em estruturas sindicais e em organizações de outros movimentos sociais?
20. Pretendo entrevistar jovens e representantes de estruturas de ação coletiva, tanto de estruturas sindicais como de organizações de outros movimentos sociais. Quem sugere que contacte?

Anexo C. Consentimento informado

Termo de consentimento livre, esclarecido e informado

A presente investigação surge no âmbito da dissertação de mestrado “Sindicalismo e outros movimentos sociais: motivações e formas de participação dos jovens”, a acontecer no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, no departamento de Sociologia, e sob orientação do professor doutor Alexandre Calado.

O objetivo do estudo é compreender as motivações para o envolvimento dos jovens e as formas como participam em estruturas sindicais e em organizações de outros movimentos sociais, tendo três dimensões analíticas como base.

A sua participação nesta investigação é estritamente voluntária, podendo recusar-se a participar ou interromper a entrevista a qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. Pode também recusar a gravação do áudio da entrevista.

A confidencialidade é garantida. As suas informações pessoais não serão divulgadas, não sendo referido o seu nome em nenhum momento ao longo da dissertação. Quaisquer informações que possam levar à sua identificação também serão omitidas.

Garante-se que toda a informação recolhida da entrevista será usada somente para fins relacionados com esta pesquisa.

Sinta-se livre para esclarecer e partilhar qualquer dúvida e comentários. Poderá solicitar o acesso, a retificação, a eliminação, ou a limitação do tratamento das informações que decidir partilhar.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos desta entrevista de forma clara, e aceito participar no estudo.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do entrevistador